

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL
E REGIONAL - PPDRS

ISABEL MARQUES DE BRITO

O EMPODERAMENTO DAS MULHERES: Uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA)

São Luís
2015

ISABEL MARQUES DE BRITO

O EMPODERAMENTO DAS MULHERES: Uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre – Área de Concentração: Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Vivian Aranha Sabóia

São Luís

2015

Brito, Isabel Marques de.

O empoderamento das mulheres: uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA) / Isabel Marques de Brito. – São Luís, 2017.

106 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Orientador: Profa. Dra. Vivian Aranha Sabóia.

1. Empoderamento. 2. Relações de gênero. 3. Feminismo. 4. Mulher. 5. Pronaf mulher. I. Título.

CDU 305-055.2(812.1)

ISABEL MARQUES DE BRITO

O EMPODERAMENTO DAS MULHERES: Uma análise a partir da implementação do Pronaf Mulher nas Comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre – Área de Concentração: Desenvolvimento, Estado e Diversidade Regional.

Aprovada em: ____/____/ 2015

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vivian Aranha Sabóia (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Profa. Dra. Rosirene Martins Lima
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Carlos Reis de Freitas
Universidade Estadual do Maranhão

Aos meus pais, ao meu filho amado,
irmão e amigos pelo apoio e colaboração
em toda essa jornada.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, não posso deixar de reconhecer a mão de Deus em minha vida, conduzindo-me até este momento.

A meus pais, Brito e Antonia, meu infinito agradecimento, pelo carinho, apoio e paciência em tantos momentos de desafios constantes.

A meu amado filho, Carlos Victor, amor incondicional, sempre ao meu lado, que me faz acreditar que posso mais que imagino, minha maior motivação.

De forma muito especial, quero agradecer ao Programa de Pós – Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão, pela oportunidade de estudo, conhecimento e pesquisa.

À Prof.^a Dr.^a Vivian Sabóia, minha orientadora e exemplo profissional, modelo de competência, clareza, objetividade e de olhar carinhoso. Quando ‘crescer’, eu quero ser como você.

A minha querida e estimada amiga Márcia Valéria que sempre esteve presente em grandes decisões da minha vida, e a luta para o alcance desse trabalho, foi uma delas, muito obrigada amiga, minha imensa gratidão.

A querida amiga Rozinete Pereira que esteve comigo no início dessa jornada, dando seu apoio e me despertando para esse trabalho, obrigada amiga.

A meu irmão, Adriano, meu agradecimento especial.

Não poderia esquecer de agradecer o meu tio e amigo Manuel de Jesus, companheiro de estrada que tantas vezes viajou comigo, me concedendo o seu tempo como preciosa contribuição.

A meus amigos de mestrado, pelos momentos divididos juntos e pelo incentivo e companheirismo recebido de cada um, foi um imenso prazer, compartilhar essa etapa de minha vida com vocês.

Agradeço a essas mulheres guerreiras, que abrirão a porta de suas casas e de suas vidas para que pudesse alcançar meu objetivo e transformasse àquelas histórias de luta em um trabalho científico, mais muito mais que isso, me trouxeram uma lição de vida.

Meu muito obrigada a todos.

“Mulheres caladas! Bocas fechadas, olhares atentos, mais são a elas que damos os ouvidos, são elas que contemplamos para as soluções mais sensatas, nos dias atuais percebemos que sua boca fechada grita e sua fala invade. Ó abre alas, que eu quero passar, ó abre alas que eu quero passar...”

GONZAGA, Chiquinha.

RESUMO

Na presente pesquisa realiza-se um estudo sobre o empoderamento da mulher a partir da implementação do Pronaf Mulher, tomando como parâmetro mulheres de duas comunidades rurais no município de Anajatuba (MA). Nesse sentido, busca-se entender a relação de trabalho da mulher com o meio onde ela vive, bem como a sua compreensão das relações de gênero que se estabelecem na sua localidade. Especificamente, este estudo pretende discutir se o recurso do Pronaf (Programa Nacional de Agricultura Familiar), na forma como é concedido, contribui para o processo de empoderamento da mulher no âmbito rural, favorecendo sua autonomia e propiciando transformações nas relações de gênero estabelecidas nesse meio. Considera-se que o Pronaf Mulher é uma política de fomento que aumenta as possibilidades de organização dos territórios e de sujeitos, especialmente por promover visibilidade às mulheres que historicamente têm sido desconsideradas do fazer social. Trata-se, portanto, de uma política que tem potencial para favorecer maior equidade nas relações de gênero.

Palavras-chave: Empoderamento. Relações de Gênero. Feminismo. Mulher. Pronaf Mulher.

ABSTRACT

In the present study carried out a study on the empowerment of women through the implementation of Pronaf - Woman taking as parameter women in two rural communities in the municipality of Anajatuba (MA). In this sense, we seek to understand women's employment relationship with the environment where they live, as well as their understanding of gender relations that are established in your area. Specifically, this study discusses the use of the National Family Farming Program, the way it is granted, contributes to women's empowerment process in rural areas, promoting their autonomy and allowing transformations in gender relations established in the interim. It is considered that the Pronaf - Woman is a development policy that increases the organization possibilities of the territories and subjects, especially by promoting visibility to women who have historically been disregarded the social do. It is, therefore, a policy that has the potential to promote greater equity in gender relations.

Keywords: Empowerment. Genres relations. Feminism. Woman. Pronaf-Mulher.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Modelo patriarcal	42
Figura 2	Modelo liberal com duas carreiras	42
Figura 3	Foto de satélite do município de Anajatuba	66
Figura 4	Foto aérea do centro de Anajatuba.....	66
Figura 5	Campos alagados de Anajatuba com morro do Pacoval ao fundo	66
Figura 6	Vista aérea do centro de Anajatuba.....	67
Figura 7	Estrada de acesso ao povoado Pacoval	71
Figura 8	Vista do morro do Pacoval.....	73
Figura 9	Estrada de acesso ao povoado Rosarinho.....	74
Figura 10	Rua principal de Rosarinho.....	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CF	- Constituição Federal
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
DAP	Documento que habilita o público enquadrado no programa a solicitar o crédito
EMATER	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MA	- Maranhão
MDA	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
MG	- Minas Gerais
ONG	- Organização Não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRONAF	- Programa Nacional de Agricultura Familiar
PT	- Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	Procedimentos metodológicos	14
1.1.1	Método de abordagem	15
1.1.2	Tipo de pesquisa.....	16
1.1.3	Universo e amostra	17
1.1.4	Variáveis de análise	17
1.1.5	Instrumento de coleta de dados	17
1.2	Problematização	18
2	EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL	20
2.1	A luta se fez assim, pronunciando o feminismo	20
2.2	Entendendo a palavra empoderamento	31
2.2.1	O empoderamento feminino	37
2.3	Gênero e empoderamento da mulher rural	41
3	PRONAF MULHER: políticas públicas de gênero	52
3.1	Políticas públicas de gênero no Brasil	52
3.2	O Pronaf Mulher	56
4	EMPODERAMENTO DA MULHER NAS COMUNIDADES PACOVAL E ROSARINHO, EM ANAJATUBA, A PARTIR DO PRONAF MULHER	65
4.1	O município de Anajatuba	65
4.1.1	O povoado de Pacoval	71
4.1.2	O povoado de Rosarinho	74
4.1.3	Pronaf Mulher nos povoados de Pacoval e Rosarinho	76
4.2	A pesquisa de campo	78
4.3	Resultados da pesquisa de campo	78
4.4	As falas das mulheres das comunidades de Pacoval e Rosarinho	80
4.4.1	Ponderações a partir do relato das entrevistadas	87
5	CONCLUSÃO	91
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE A – Fotos das mulheres que participam do Pronaf	100
	APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados	104

1 INTRODUÇÃO

A questão do empoderamento da mulher tem sido, nos últimos anos, tema de vários questionamentos em várias áreas do conhecimento. Em geral, os estudos sempre apontam para a diferença que a sociedade patriarcal impôs à mulher, colocando-a sempre em posição de desvantagem em relação ao homem (COSTA, 2010; DEERE; LEON, 2002; LEÃO, 2014).

Com efeito, ao longo da história as diferenças biológicas entre homens e mulheres foram amplamente utilizadas para se construir papéis diferenciados entre os sexos, abrindo espaço para a construção social dos sexos. Nesta construção, naturalizou-se a noção segundo a qual homens e mulheres são diferentes, a partir dessa naturalização a mulher foi situada em uma condição hierárquica inferior ao homem, como se este fosse o processo natural de definição de seu lugar no mundo.

Seguindo essa lógica “naturalista”, a valorização do trabalho feminino e masculino na esfera pública se deu de maneira desigual, sendo o trabalho da mulher considerado complementar ou improdutivo diante dos desafios do trabalho cotidiano. Tal caracterização está firmada no desenrolar da história e da cultura baseada no regime patriarcal, onde o trabalho do homem é tido como produtivo e, portanto, valorizado. Essa hierarquia na valorização dos trabalhos masculinos sobre os femininos tem determinado desigualdades políticas, econômicas e sociais, presentes em diversos formatos e nos mais diferentes contextos (COLLING, 2004).

Um dos maiores problemas que advém da divisão fixa de papéis entre homens e mulheres no mundo do trabalho, ou seja, que determinada atividade laboral seria exclusiva de homens, enquanto mulheres desempenhariam funções tipicamente domésticas, acabou estabelecendo o lugar da mulher na sociedade, interiorizando uma imagem de si de inferioridade e dependência, enquanto para o homem se firmou uma imagem de desempenho e sucesso. Nesse contexto, o empoderamento da mulher pressupõe uma reconstrução social dos sexos.

Políticas públicas, que visem maior equilíbrio nas relações de gênero e valorização do trabalho feminino, são imprescindíveis para que ocorra essa transformação.

No Brasil, diversas ações vêm sendo realizadas desde a década de 1990. No âmbito do campo, destacamos o Pronaf Mulher. Segundo Rosa (2011), o Pronaf Mulher é uma política de fomento que aumenta as possibilidades de organização

dos territórios e de sujeitos, especialmente por promover visibilidade às mulheres historicamente desconsideradas do fazer social. Inicialmente, o Pronaf tratava-se de um programa de crédito à produção e ao investimento com foco na agricultura familiar, especialmente nos pequenos agricultores contemplados pela reforma agrária. Ou seja, um programa de fomento produtivo a uma larga porção de agricultores que não encontra mecanismos de mercado em iguais condições de oportunidades.

Com o Pronaf Mulher, o Governo Federal busca promover uma alteração nas relações de gênero e de poder nas famílias contempladas pelo programa. Ou seja, a possibilidade de mudança nos processos e nas estruturas que reproduzem as relações de gênero no meio rural, que no Brasil é o espaço geográfico onde a submissão da mulher em relação ao homem se encontra mais fortemente enraizada (ROSA, 2011).

Trata-se, portanto, não apenas de um programa de combate à pobreza no campo, mas de uma política que busca promover mudanças radicais nas relações de poder, na medida em que atrela o financiamento da agricultura familiar à mulher.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender o modo de vida das mulheres, a partir da avaliação do potencial empoderamento das mesmas favorecido por meio da implementação do Pronaf Mulher nas comunidades de “Pacoval” e de “Rosarinho”, no município de Anajatuba”. Busca-se, assim, entender as relações de gênero que ocorrem nas duas comunidades e se ocorreram alterações nestas relações a partir da implementação do referido programa.

O despertar inicial para o desenvolvimento desse trabalho foi motivado pela percepção da necessidade de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para mulheres. Trata-se, em especial, de ações que levem à promoção de direitos econômicos das trabalhadoras rurais, garantindo-lhes o uso da terra e assegurando-lhes o acesso ao crédito que pode levar essa categoria à sua efetiva participação no cenário econômico.

A hipótese central que norteia esta investigação é que o Pronaf Mulher possui grande potencial para ampliar o empoderamento da mulher do campo ao favorecer sua atividade produtiva.

Por outro lado, ressalta-se que somente o aspecto econômico, embora fundamental, não propicia o empoderamento da mulher. Para que ocorra o empoderamento feminino, especialmente o da mulher no campo, é necessária uma

mudança na percepção das relações de gênero envolvendo todos os atores sociais: homens, mulheres, governos, entidades da sociedade civil organizada e instituições como a escola.

Ademais, o Pronaf Mulher não foi desenhado para que houvesse, além do alívio da pobreza socioeconômica, um processo de mudanças no âmbito das relações familiares e de poder.

Nesse sentido, considera-se a compreensão do Pronaf, conforme Gasques et al. (2005), o Pronaf é entendido como um programa de crédito à produção e ao investimento com foco na agricultura familiar e nos assentados da reforma agrária. Trata-se de um típico programa de fomento produtivo a uma larga porção de agricultores que não tem outras opções de crédito.

Portanto, é possível salientar que o Pronaf Mulher é uma política de fomento que pode aumentar as possibilidades de organização dos territórios e de sujeitos, especialmente por promover visibilidade às mulheres comumente desconsideradas do fazer social, mas que carece de políticas complementares que possam levar ao empoderamento da mulher camponesa.

A labuta feminina no cenário rural está condicionada às necessidades da família, ou seja, ao espaço doméstico, ao autoconsumo. Em razão de suas responsabilidades estarem direcionadas unicamente para a família, as mulheres foram subestimadas por muito tempo e a valorização do seu trabalho não é reconhecida e nem mensurada, não apresentando nenhuma relevância social e econômica. Contudo, a não conformidade com essa prática faz com que as mulheres busquem incessantemente espaços que permitam a elas travarem lutas por seus direitos, assumindo posturas e papéis de participação e decisão na sociedade.

Com o passar do tempo muitas mulheres tomaram consciência que seu trabalho é importante na perpetuação das atividades do campo em que vivem, que o fruto do seu trabalho é singular na formação e participação ativa de sua família e da sua própria vida, obtendo por meio desse entendimento melhor remuneração e espaço na esfera econômica.

Acredita-se então, que o eventual empoderamento das mulheres por meio dessa política pública está ligado muito mais aos aspectos econômicos que à reivindicação pela igualdade de direitos, que permitam crescimento contínuo e constante de sua autonomia e do seu “poder” no seio da família e na esfera pública.

Nesse contexto, mulheres camponesas buscando seu empoderamento a partir de seu trabalho, tomando posse de posturas e papéis antes construídos e assumidos historicamente apenas pelos homens, ainda não constituem a realidade do país, pois há pouco reconhecimento do seu papel nas esferas econômica e política no ambiente rural, tanto por parte destas mulheres como pela comunidade onde vivem.

A temática eleita é de extrema relevância na medida em que se percebe que, na contemporaneidade, o empoderamento das mulheres se faz presente em vários seguimentos da sociedade, especialmente a partir do surgimento de inúmeros movimentos de conscientização da sociedade acerca dos direitos das mulheres, mas que ainda encontra pouca visibilidade nas comunidades camponesas de grande parte do país.

Neste contexto, observa-se cada vez mais o empenho de organizações que reivindicam direitos negados às mulheres no país, por meio de políticas públicas específicas para mulheres que reconheçam as particularidades femininas nos diversos campos da sociedade. Isto significa, também, a necessidade de ações governamentais no que tangem a investimentos públicos no sentido de favorecer a igualdade, inclusive no campo.

Trata-se de uma pesquisa de cunho bibliográfico e de campo, de método indutivo, onde a partir das informações colhidas de determinada comunidade podemos inferir conclusões gerais, detalhadas a seguir.

1.1 Procedimentos metodológicos

A metodologia, segundo Lakatos e Marconi (1995), consiste na descrição detalhada dos caminhos utilizados para alcançar os objetivos, implicando na definição: dos tipos de pesquisa; das técnicas a serem utilizadas; dos instrumentos de coleta, do universo e amostra, além de outros procedimentos próprios a cada sistemática definida.

De acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 24): “O método científico quer descobrir a realidade dos fatos e esses ao serem descobertos devem, por sua vez, guiar o uso do método.” Por outro lado, levando-se em consideração que o método é apenas o caminho que leva à verificação dos fatos e fenômenos, é necessário que se tenha uma noção prévia destes últimos, devendo-se, portanto, adotar determinados procedimentos prévios para a coleta das informações.

Nesse contexto, os dados para esta pesquisa foram obtidos mediante levantamento de informações bibliográficas e de campo, sendo a pesquisa de campo realizada nas comunidades “Pacoval” e “Rosarinho”, no município de Anajatuba. A escolha do campo da pesquisa se deu em razão da acessibilidade de informações nas referidas comunidades e por se observar um número razoável de famílias comandadas por mulheres no local.

O procedimento de campo ocorreu através de entrevistas e questionários, típicos da observação como instrumentos de coleta de dados e medida de opinião no sentido de identificar o perfil e a opinião de mulheres que habitam as referidas comunidades e que foram contempladas ou tentaram obter o Pronaf Mulher.

1.1.1 Método de abordagem

Como método de abordagem foi utilizado tanto o método quantitativo como o método qualitativo. O método qualitativo difere do método quantitativo na medida em que trabalha com valores, representações, hábitos, atitudes e opiniões, enquanto que o segundo se caracteriza pela sua aplicabilidade em níveis da realidade observável, apresentando como objetivos a identificação e apresentação de dados, indicadores e tendências mensuráveis.

Para a presente pesquisa pensou-se em utilizar, inicialmente, o método quantitativo, pois este é mais apropriado para a precisão dos resultados, evitando distorções de análise e interpretação, bem como possibilitar margem considerável de segurança quanto às conclusões. Porém, optou-se também pelo método qualitativo, que segundo Vergara (2003, p. 94), “[...] se justifica por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”.

Na presente pesquisa, portanto, a utilização do método qualitativo se justifica na medida em que investiga conceitos, motivações e sentimentos que antecedem ou estão presentes no comportamento dos indivíduos entrevistados. Além disso, ele propicia um estudo mais aprofundado de determinadas variáveis que a técnica quantitativa não consegue captar.

1.1.2 Tipo de pesquisa

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 65): “Cada tipo de pesquisa possui, além do núcleo comum de procedimentos, suas peculiaridades”. Nesse sentido, buscou-se contemplar os vários aspectos no tocante aos fins e meios do estudo em questão, onde se estabeleceu os seguintes parâmetros: quanto aos fins, é explicativa, pois justifica as razões da existência de alguns fatores, no nosso estudo o fator destacado é a importância do Pronaf Mulher para o empoderamento da mulher na região pesquisada. Quanto aos meios é descritiva, na medida em que, como afirmam Cervo e Bervian (2002, p. 67) “[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis), sem manipulá-los”.

Na presente dissertação buscou-se descobrir características de uma população, no caso específico desta pesquisa, procurou-se verificar o perfil das mulheres das comunidades “Pacoval” e “Rosarinho” do município de Anajatuba (MA), bem como a percepção que as mesmas têm a respeito do empoderamento da mulher a partir do Pronaf Mulher.

Quanto aos meios, a pesquisa descritiva se deu por meio de estudo de caso, que de acordo com Cervo e Bervian (2002, p. 67) “[...] é a pesquisa sobre um determinado indivíduo, empresa, grupo ou comunidade que seja representativo do seu universo, para examinar aspectos de sua existência”.

Quanto aos fins pretendidos, no presente estudo utilizou-se da pesquisa explicativa, ou seja, aplicou-se os fundamentos que dão sustentação às argumentações e conclusões obtidas durante a investigação; é também uma pesquisa descritiva, pois baseia-se na apresentação das características das populações pesquisadas. Trata-se, também, de uma pesquisa de campo na qual se buscou verificar as necessidades e expectativas das entrevistadas em relação a questões de gênero e à percepção sobre a importância do Pronaf Mulher como instrumento de empoderamento.

Quanto aos meios, foi empregada a pesquisa de estudo de caso no procedimento de investigação. Além do estudo de caso, a presente pesquisa também se fundamenta na pesquisa bibliográfica, que segundo Cervo e Bervian (2002, p. 65), “[...] procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental”.

1.1.3 Universo e amostra

Segundo Lakatos e Marconi (1995, p. 156), “[...] universo é o conjunto de todos os elementos ou resultados sob investigação. Amostra é qualquer subconjunto da população”.

Universo da pesquisa se constituiu de seis mulheres que obtiveram o benefício na região campo de pesquisa. Durante o estudo de caso procurou-se envolver outros agentes que de certa forma trabalham com programas de fomento no município de Anajatuba, como por exemplo, a direção do Sindicato de Pescadores de Anajatuba e representantes do CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) da cidade.

Ressalta-se que, buscando dar maior isenção à pesquisa e proporcionar aos entrevistados maior liberdade e sinceridade em suas respostas, foi contratado um profissional que trabalha com entrevistas e dados estatísticos, dando assim um caráter de exterioridade e objetividade à pesquisa de campo.

1.1.4 Variáveis de análise

Na presente pesquisa são verificadas variáveis qualitativas, como a percepção das mulheres das comunidades campo de pesquisa sobre a questão do empoderamento através de programas como o Pronaf Mulher. Além disso, outras variáveis, estas de cunho quantitativo, como renda, faixa etária, número de componentes da família e escolaridade foram contempladas.

1.1.5 Instrumento de coleta de dados

Os instrumentos de coleta de dados utilizados no presente estudo de caso foram: observação, entrevista e o questionário. A pesquisa foi realizada no período de 10 de maio a 12 de outubro de 2014, consistindo a primeira etapa (maio a junho) em reconhecimento do local e contato com as pessoas das comunidades em estudo.

Em outra etapa (junho e agosto) foram realizadas as entrevistas e a aplicação dos questionários junto às mulheres contempladas com o Pronaf Mulher nas comunidades em estudo. Por fim, entre setembro e outubro, foram realizadas

ainda três visitas às comunidades e entrevistas com o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social e o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município de Anajatuba, visando verificar se existiam políticas públicas de gênero no referido município.

1.2 Problemática

Desde as duas últimas décadas do século passado, inúmeras políticas públicas foram implementadas pelo Governo Federal no sentido de fomentar o incremento de renda das populações mais carentes. Nesse sentido, e buscando atender reivindicações dos movimentos de mulheres, algumas destas políticas públicas buscaram a inserção das mulheres rurais nos processos políticos e econômicos. Dentre estas, destaca-se o acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, na modalidade Pronaf Mulher, linha de crédito voltada para a agricultura familiar que visa estimular uma maior participação das mulheres na produção remunerada, o acesso ao crédito para garantir a emancipação econômica das mulheres rurais.

A problematização da presente pesquisa parte de questionamentos tais como: até que ponto programas de financiamento da agricultura familiar centrados na figura da mulher contribui para o seu empoderamento? Em comunidades como Pacoval e Rosarinho, que constituem o campo de pesquisa deste estudo, onde se presume certa ausência de esclarecimento e baixa escolaridade, o empoderamento da mulher pode ser garantido apenas sob o ponto de vista econômico?

No sentido de responder aos questionamentos, esta dissertação foi dividida em capítulos, tópicos e subtópicos, iniciando-se com a presente introdução, que constitui o primeiro capítulo, no qual se apresenta a problemática os objetivos e a metodologia utilizada na pesquisa.

No segundo capítulo abordaremos empoderamento da mulher e as relações de gênero, ressaltando a luta das mulheres por direitos iguais e o surgimento e desenvolvimento do movimento feminista no Brasil.

No terceiro capítulo discute-se o Pronaf Mulher e as políticas públicas de gênero no Brasil.

No quarto capítulo é feita a análise acerca da aquisição de poder pelas mulheres e seu reconhecimento nas comunidades de “Pacoval” e “Rosarinho”, no

munícipio de Anajatuba, a partir do Pronaf Mulher.

Por fim, na conclusão são analisadas as informações obtidas na fase de campo, buscando responder se há ou não empoderamento das mulheres nas comunidades em estudo. As considerações finais representam um espaço destinado a emissão de opiniões a respeito da pesquisa e do tema tratado.

2 EMPODERAMENTO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO BRASIL

As relações de gênero no Brasil passaram a ser discutidas de maneira mais profunda a partir da segunda metade dos anos sessenta e início da década de 1970, com o advento da revolução sexual e o recrudescimento do movimento feminista ao redor do mundo. Neste contexto, a mulher queria ter o domínio de seu corpo e autonomia em relação ao homem, numa tentativa de dar fim ou mitigar seu papel de submissão em relação ao homem em uma sociedade tipicamente patriarcal e machista.

Estudos como o de Aguiar (1997), Colling (2004), Michel (1982), Pinto (2003) e Scott (1995) apontam que a luta da mulher por maior participação política e, conseqüentemente por empoderamento, não tem sido fácil, sendo tal luta marcada por avanços e retrocessos, mas que de maneira incessante ocupa espaço em diversas áreas, tanto políticas, como econômicas e culturais. Para entender essa luta por empoderamento da mulher, é necessário compreender como se deu a luta do movimento feminista no Brasil.

2.1 A luta se fez assim, pronunciando o feminismo

Com base na obra da pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto (2003), é possível configurar um esquema para desmitificação e entendimento do movimento feminista no Brasil. Nessa perspectiva, é sabido que a mulher sempre foi relegada a um papel de inferioridade em relação ao homem. A autora destaca a luta pela emancipação das mulheres no Brasil, especialmente a busca pelo reconhecimento da “mulher cidadã”, com direitos sociais assegurados e reconhecidos no mundo por meio de “movimentos” diante da realidade que se apresentava.

Nascimento e Oliveira (2007) apontam que em meados do século XIX já se delineava um movimento contrário à padronização do comportamento feminino, que historicamente circunscrevia a mulher ao ambiente doméstico. Essa luta, segundo os autores, pode ser encontrada na imprensa da época.

No dia 7 de setembro de 1873, começou a circular pelas ruas de Campanha, Minas Gerais, o periódico semanal intitulado “O Sexo Feminino”. Neste, e nos quarenta e quatro números publicados em seguida, a editora D. Francisca Senhorinha da Motta Diniz e suas colaboradoras – constituidoras de uma pequena elite de mulheres letradas dentro e fora de

Campanha – tinham como motivação comum a melhoria da condição da mulher na sociedade. [...] Essas e outras mulheres estavam impulsionadas por um amplo movimento de redefinição da mulher na modernidade e vinham a utilizar-se do meio impresso como espaço para suas várias reivindicações (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p. 431).

Apesar de ainda ficar restrito ao ambiente literário de poucas mulheres “letradas” e com forte carga da tradição religiosa da época, as ações dessas mulheres constituem a vanguarda do debate sobre o papel da mulher na sociedade brasileira. Mesmo assim, o predomínio masculino tanto no espaço privado como no público continuou inabalável. Para os autores, “[...] a condição a que estava submetida a mulher brasileira, durante o século XIX, era de repressão e submissão” (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2007, p. 433).

Na mesma linha de raciocínio, Leocádio (2006) escreve que, no Brasil, a organização das mulheres pelos seus direitos não é um processo linear, sendo registradas manifestações pela busca da emancipação desde o século XIX, especialmente em relação ao direito das mulheres à educação e ao voto. De acordo com a autora:

Nesta época, a educação das mulheres visava melhorar a educação dos filhos e manter os padrões morais adequados às famílias tradicionais, ou seja, para melhor desempenho dos tradicionais papéis de gênero. A dificuldade de acesso à educação comprometia a participação política das mulheres, o que era facilitado aos portadores de diploma. A oposição da sociedade à educação superior das mulheres refletia o espírito da época. Questionava-se a capacidade da mulher dedicar-se à profissão e ao cuidado dos maridos e dos filhos, principalmente se sua profissão tivesse a importância do direito ou da medicina. A medicina não era profissão para mulheres, ferindo o recato e o pudor da mulher. Os homens que defendiam o emprego feminino nestas profissões o faziam para aquelas que não tinham sido escolhidas como esposas (LEOCÁDIO, 2006, p. 74).

Com efeito, as mulheres que pretendessem ter acesso aos estudos superiores e às profissões liberais teriam que sair do país. Apenas em 1879, uma reforma no ensino aprovada no parlamento permitiu a matrícula de mulheres nas faculdades. Quanto ao direito do voto, este só foi assegurado em 1932, a parti do Decreto nº 21.076 do Código Eleitoral Provisório, após intensa campanha nacional (LEOCÁDIO, 2006).

Pinto (2003), por sua vez, destaca o surgimento de um conjunto de diversas classes de manifestações do movimento feminista, identificando três vertentes distintas, mas correlacionadas, que tiveram sua origem no final do século XIX e que se desenrolaram ao longo das primeiras três décadas do século XX.

A primeira vertente, segundo a autora, teve como principal sustentação o sufrágio feminino, que consiste o direito do voto em eleições políticas. Na ocasião, esse movimento foi liderado por Bertha Lutz, uma das figuras mais relevantes do feminismo e da educação no Brasil do século XX (PINTO, 2003).

Ainda de acordo com Pinto (2003) o citado movimento é classificado como “bem comportado”, na medida em que apesar da reivindicação pela prática do voto em eleições públicas pelas mulheres, essa luta não revelava o questionamento da opressão da mulher. Nessa perspectiva, não havia embates acerca de discussões sobre gêneros, impossibilitando as alterações nessas relações. Assim, a discussão sobre os direitos da mulher brasileira ficava restrita apenas ao voto, não sendo contemplados outros direitos como, por exemplo, acesso ao mercado de trabalho e equiparação salarial.

A segunda vertente é classificada pela autora como “malcomportada”, tendência onde há presença de uma gama maior de mulheres, que agora entendem o movimento não apenas para conquistas que irão compor a “boa sociedade”, mas também na discussão voltada para temas que vão além do político (PINTO, 2003).

Nessa segunda vertente destaca-se a importância do direito à educação, bem como a discussão acerca do domínio masculino. Ou seja, são abordados assuntos que para época eram vedados como, por exemplo, a sexualidade e o divórcio (PINTO, 2003).

Por fim, a terceira tendência constatada e exposta pela autora, é a denominada de “o menos comportado dos feminismos”, que deriva particularmente no movimento anarquista e presente, também, no Partido Comunista. Esta vertente tem como representante a ilustre Maria Lacerda de Moura, importante educadora, fundadora da Liga para Emancipação Intelectual da Mulher (PINTO, 2003).

Em relação à ideologia anarquista, Pinto (2003) chama a atenção para o movimento das operárias reunidas na “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”. De acordo com a autora, em manifesto de 1917, a categoria proclama: “Se refletirdes um momento vereis quão dolorida é a situação da mulher nas fábricas, nas oficinas, constantemente, amesquinhas por seres repelentes” (PINTO, 2003, p. 35).

Com o advento do Estado Novo através do golpe de 1937 houve um significativo retrocesso do movimento feminista, cujos efeitos perduraram até as primeiras manifestações na década de 1970. Contudo, a autora explica que essa

ausência mais veemente não significou que durante esse tempo as mulheres se anularam no cenário nacional, pois ocorreram algumas lutas que evidenciaram a discordância da condição de dominação à qual as mulheres estavam sujeitadas. Como exemplo, cita o movimento no início da década de 1950 contra a alta do custo de vida (PINTO, 2003).

A autora aborda esses grupos de mulheres de forma circunstancial em decorrência de seu objetivo principal que, segundo ela, é o de destacar os grupos feministas, isto é, os que problematizaram e lutaram pela transformação da condição de dominação à qual as mulheres estavam submetidas (PINTO, 2003, p. 32).

Na mesma linha de raciocínio, Leocádio (2006, p. 75) escreve que:

Apesar do esforço pela emancipação no começo do século, até os anos 1970, não se pode falar da existência de um movimento feminista organizado tal como o conhecemos hoje, com grande capacidade de mobilização, participação política, articulação e formação de parcerias. A ditadura Vargas e a ditadura militar tampouco favoreceram o avanço do movimento de mulheres. Mesmo assim, manifestações e atitudes feministas estão registradas em diversas publicações. Mariska Ribeiro (1995) ao analisar o trabalho da jornalista Carmem da Silva, afirma que durante 13 anos, a partir de 1963, ela respondia sua correspondência sem precisar “recorrer a pressupostos teóricos ou ideológicos para restituir a suas leitoras o implícito e o explícito em cada uma das cartas que recebia, que embora individuais, revelavam cada vez mais a existência, senão de um movimento, pelo menos de um sentir coletivo”. Esse sentir coletivo se revelava nos assuntos tratados pela jornalista: casamento, sexualidade e aborto serão os temas que vão diferenciar o movimento de mulheres na segunda onda feminista do Brasil que tem início nos anos 1970.

A leitura de Leocádio (2006) e de Pinto (2003), além de autores como Soares (1998) e Castro (2004), aponta que no decorrer da história, o feminismo no Brasil nasce e se desenrola, de fato, num curto período ao longo da ditadura militar.

Pinto (2003) concentra-se e avalia o desenrolar do feminismo brasileiro na década de 1970 explicando que a urgência do feminismo é primordial para que ele se firme em meio às concessões realizadas ao anseio de manifesto, e essa inquietação por parte das feministas faz com que esse movimento venha a acontecer dentro e fora do Brasil, boa parte dele se faz no exílio.

Com efeito, no Brasil o vivia-se num estado ditatorial de repressão e morte. É em meio a esse caos que surgem eventos determinantes para o aparecimento do “novo feminismo”, marcado pela presença de uma gama significativa de acontecimentos que garantiram definitivamente a entrada das mulheres no cenário político, bem como pela denúncia dos dilemas por elas

questionados. Nesse contexto, destaca-se a criação do “Ano Internacional da Mulher” pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975.

No mesmo ano ocorre a I Conferência Internacional da Mulher, no México, onde a Organização das Nações Unidas declarou os próximos dez anos como a década da mulher. Segundo Pinto (2003), ao mesmo tempo no Brasil acontecia uma semana de debates sob o título “O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira”, com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. Ainda em 1975 Terezinha Zerbini, ativista de direitos humanos, lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que terá papel muito relevante na luta pela anistia em 1979.

De acordo com Aguiar (1997), foi marcante o avanço da luta feminista a partir de 1975, atingindo o ápice no processo constituinte de 1988, quando se assinalaram muitas conquistas. O autor também destaca a atuação de Terezinha Zerbini, que propunha uma maneira diferente na forma de pensar a condição da mulher, que se antes era restrita apenas aos papéis de mãe, companheira e esposa (submissa e dócil), agora deveria ser, também, de participação política em pé de igualdade com os homens (AGUIAR, 1997).

Colling (2004) destaca que enquanto no Brasil as mulheres buscavam se organizar no sentido de se fazerem ouvir, as que se encontravam no exílio, principalmente em Paris, mantinham contato com o feminismo europeu. Com isso, passaram a se reunir em prol da luta pela libertação da mulher, isso apesar da oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo.

Nesse contexto, a Carta Política, lançada pelo Círculo da Mulher em Paris, em 1976 fornece um panorama da difícil situação em que estas mulheres encontravam-se:

Ninguém melhor que o oprimido está habilitado a lutar contra a sua opressão. Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda dessa luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista (PINTO, 2003, p. 54).

Sobre o período em destaque, Soares (1998) aponta dois processos fundamentais que cruzaram a segunda metade da década de 1970 e toda a década

de 1980 como marcos dos movimentos sociais no Brasil: as crises econômicas e a inflação crescente que delas decorrem, e o processo de abertura política, ambos afetando e mobilizando tanto as classes médias como as operárias.

A transição negociada do regime autoritário processou-se a partir da segunda metade dos anos 70, dentro do projeto de “distensão lenta e gradual” do presidente Geisel, e veio acompanhada da proliferação de movimentos populares, da consolidação da oposição, da remobilização da esquerda, da rearticulação de uma política de oposição, da expansão da ação pastoral da Igreja católica. As mulheres neste período tiveram espaço para uma maior ação política em contraposição ao imaginário social que as vê como cidadãs despolitizadas ou intrinsecamente apolíticas (SOARES, 1998, p. 35).

O movimento feminista no Brasil durante os anos 1970, portanto, significou o rompimento com uma tradição que há muito havia se enraizado na sociedade, tradição esta que manifestava publicamente valores tradicionais e conservadores, como ocorreu com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que precede o golpe militar.

Corroborando essa tese, Nascimento e Oliveira (2007) indicam que o movimento feminista na década de 1970 trouxe uma nova versão da mulher brasileira, aquela que vai às ruas em defesa de seus direitos e necessidades e que realiza enormes manifestações de denúncia das desigualdades.

Soares (1998, p.36) compartilha essa tendência quando afirma que, ironicamente, as regras autoritárias dos militares, que tinham por intenção despolitizar e restringir os direitos dos cidadãos e cidadãs, tiveram como consequência a mobilização das mulheres que, em geral, ficava afastada da esfera política.

Portanto, a década de 1970, em especial o ano de 1975, é marcada pela proliferação de grupos feministas e outros inúmeros movimentos sociais (com destaque para a reivindicação de terra, igualdade racial, entre outros). Nesse cenário as comemorações do Dia Internacional da Mulher se constituíram em momentos-chave para a organização de fóruns das mulheres, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade. Até os dias de hoje essas comemorações se constituem em um dos momentos privilegiados de encontro do movimento de mulheres.

As feministas debateram com as esquerdas e com as forças políticas progressistas alguns pontos da teoria e da prática do fazer político, apontando para a não-hierarquização das lutas e a sexualização das práticas nos espaços públicos. O feminismo trouxe novos temas para o conjunto do movimento de mulheres, posteriormente incorporados pelos partidos políticos: direito de ter ou não filhos, punição aos assassinos de mulheres, aborto, sexualidade, violência doméstica (SOARES, 1998, p. 38).

Todos os acontecimentos da década de 1970 prenunciam a década seguinte. De acordo com Nascimento e Oliveira (2007), no início dos anos 80 os grupos feministas atuando nas principais cidades brasileiras chegavam a quase uma centena.

Esse período é marcado pelo arrefecimento da ditadura militar e pela redemocratização do país. Ao falar desse processo, Pinto (2003) mostra como o feminismo se posiciona frente a esse momento. Nesse sentido, a autora aponta duas questões que tiveram de ser enfrentadas: a primeira foi a questão da unidade do movimento, que teria sido abalada pela reforma partidária de 1979 provocando um “racha” nas oposições; a segunda questão foi a relação do movimento feminista com os governos democráticos que passaram a ocupar os vazios de poder, principalmente quando o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se tornou vencedor nas eleições estaduais (PINTO, 2004, p 239).

Apesar dessas duas questões, na década de 1980 o movimento feminista no país avança significativamente no campo da luta pelos direitos das mulheres. De acordo com Pinto (2004), surgem inúmeros grupos e coletivos em todas as regiões tratando de uma vasta gama de temas, com destaque para a violência, a sexualidade, o direito ao trabalho, a igualdade na relação com maridos e companheiros, o direito à terra, o direito à saúde, questões ligadas à maternidade, luta contra o racismo, a liberdade de expressão e de opção sexual. Conforme a autora:

Surgiram grupos feministas temáticos, como também houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do que se poderia chamar de feminismo acadêmico, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades do país, em algumas das quais surgiram Núcleos de Pesquisa em Estudos da Mulher (PINTO, 2004, p. 240).

Importante marco para o movimento na década em destaque foi a criação, no ano de 1985, das “delegacias da mulher” que, mesmo não resolvendo o

problema da violência contra a mulher, teve o mérito de reconhecer a mulher como principal vítima da violência doméstica (PINTO, 2004).

Outro foco que se tornou primordial nos anos 1980 foi em relação à saúde, que obteve um avanço na sua atenção em virtude da criação e implantação do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, pelo Ministério da Saúde, que tratava de três abordagens: planejamento familiar, sexualidade e aborto (PINTO, 2003).

Nesse cenário também se destaca o movimento de mulheres trabalhadoras urbanas e rurais. Segundo Soares (1998) o crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho ocorreu simultaneamente ao aumento de sua sindicalização e à própria difusão do feminismo no território nacional. Para esta autora, o crescimento de postos de trabalhos antes exclusivos de homens e agora ocupados por mulheres, sem dúvida, influenciou no relacionamento dos sindicatos com estas e na percepção destas quanto a sua condição de trabalhadoras.

No decorrer da década de 1980 vão aparecer muitas comissões de mulheres ou departamentos nos sindicatos e nas centrais sindicais, organizadas a partir de 1983. Logo surgem as comissões ou secretarias de mulheres. Estas vão se constituir em lugares onde são geradas as reflexões e propostas de ação sindical das mulheres, um lugar onde as trabalhadoras “possam romper seu silêncio, falar de suas angústias e medos e legitimar uma representação feminina num espaço político considerado masculino. [...] As centrais sindicais e os sindicatos tiveram de se abrir à organização das trabalhadoras e incorporar questões trazidas por elas para o debate (SOARES, 1998, p. 41).

Com efeito, o movimento feminista levantou discussões sobre o cotidiano do trabalho, a desvalorização do salário, a segregação ocupacional, a falta de suporte à trabalhadora gestante, sobre o assédio moral e sexual no ambiente de trabalho e também de práticas sindicais que limitavam a participação das mulheres nos postos de decisão.

Em relação ao campo, é Soares (1998) quem cita que as mulheres passaram a fazer parte de uma realidade extremamente heterogênea, que tem origem na penetração do capital na agricultura. Nesse contexto, a luta pela reforma agrária e pela terra, por melhores condições de produção, preços, salários e direitos sociais levou à unificação de homens e mulheres do campo. Essa unificação levou a um processo que deu visibilidade às camponesas, que tiveram presença marcante na luta pela cidadania e pelo seu reconhecimento como trabalhadoras em pé de

igualdade com os homens.

Na esfera política, Soares (1998) explica que muitas mulheres privilegiaram a atuação nos partidos que emergiram a partir da abertura iniciada em 1979 e com a anistia no mesmo ano, com destaque para o Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre essa presença feminina no PT, Godinho (1998, p. 20-21) assinala:

Inicialmente, a organização das mulheres do PT se concentrou, como o restante da vida partidária, nos grandes centros urbanos. Durante os primeiros anos do partido, a organização das mulheres se desenvolveu com mais força nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, embora alguns outros estados também tivessem organizado comissões de mulheres. [...] No final dos anos 80 ganha força a necessidade de ampliar os espaços de participação política das mulheres. À medida que o partido se construía, se consolidava, ganhava seu espaço na sociedade, estabilizava sua camada de direção e de expressões públicas, as mulheres iam perdendo espaço. Foi no bojo dessa avaliação que se propôs uma política de ação afirmativa, que será discutida mais tarde.

Portanto, a partir da presença feminina nos espaços políticos surgiu a figura da militante feminista e, através da voz delas, o tema “mulher” tornou-se alvo de debate, item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas, como resultado da visibilidade que as questões das mulheres ganharam, trazidas pelos seus movimentos (GODINHO, 1998).

A partir dessa presença no espaço político na década de 1980, Soares (1998) afirma que foi possível a articulação de outros segmentos do movimento. Assim, a partir de 1986, abriu-se o debate para a questão do lesbianismo, que embora estivesse sempre presente no movimento feminista, jamais tinha sido discutido pelo conjunto das feministas e dos movimentos de mulheres.

De outro lado, continua Soares (1998), os encontros nacionais feministas propiciaram também a articulação das mulheres negras. Assim, o feminismo que em sua origem era integralmente “branco”, não contemplando a situação das mulheres negras, passou a discutir não apenas a desigualdade de gênero, mas também questões ligadas ao preconceito de cor, em especial da mulher negra, ainda mais subjugada que a mulher branca.

Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. As mulheres negras, ao criarem suas formas próprias de organização, têm mantido uma relação educativa com o feminismo, enfocando as questões das diferenças entre negras e brancas (SOARES, 1998, p. 45).

Portanto, ao longo da década de 1980 as feministas passaram a se concentrar em torno de atividades mais concretas e especializadas. Isto levou a uma multiplicidade de serviços gerados por organizações de mulheres e à construção de um variado arsenal de estratégias e táticas: protestos e lutas por políticas públicas e leis específicas de equiparação de gêneros foram largamente utilizadas pelo movimento. Isso só foi possível a partir da articulação de coalizões com outros movimentos.

De acordo com Costa (2010) os anos 90 demonstram que o feminismo multiplicou os espaços e lugares em que atua e, conseqüentemente, onde circula o discurso feminista. Nesse sentido, as fronteiras entre o movimento de mulheres e o movimento feminista têm sido sistematicamente ofuscadas, com um número crescente de mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas, ativistas católicas progressistas e de outros setores do movimento de mulheres incorporando elementos centrais do ideário e do imaginário feministas, reelaborados de acordo com suas posições, preferências ideológicas e identidades particulares. Assim, muitos feminismos são construídos.

As mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas. Sônia Alvarez (1988) usa o termo "mosaico de diversidade" quando descreve os movimentos presentes no processo da IV Conferência Mundial da Mulher, em 1995 (COSTA, 2010, p. 66).

De fato, na citada Conferência de 1995 estavam presentes as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1998).

Aludindo a esse período, Pinto (2003) aponta dois momentos singulares: o primeiro se trata da separação entre o "pensamento feminista" e o "movimento feminista"; o segundo aborda a forma como deveria passar a ser tratado o próprio movimento, que seria agora mais "profissional", a partir da criação de ONG's, estas consideradas a mais pública expressão do feminismo na virada do século, pois se delineia como um novo palco político.

Essa nova diretriz, no entanto, traz em si uma nova preocupação: o fato de boa parte dessas ONG's se guiarem pela agenda das fundações internacionais,

que em grande medida são as financiadoras tanto da sua criação como na sua manutenção. Para Pinto (2003) revela que essa nova forma de estrutura do feminismo, institucionalizado, poderia voltar a ficar “bem comportado,” tendo em vista que, de certa forma, perderia sua autossuficiência por está atrelado ao sistema.

Essa preocupação, contudo, se mostra infundada na medida em que o próprio movimento feminista tornou-se difuso na atualidade. Acertadamente, Pinto (2003) chama a atenção para os movimentos organizados com o objetivo de garantir a cidadania para as mulheres. Nesse sentido, as protagonistas do movimento passaram a ocupar mais espaços no cenário político.

Segundo Soares (1998, p. 48) é possível afirmar que, “[...] no Brasil, a estratégia do feminismo em tornar visível a questão da mulher, sua exclusão e desigualdades, foi vitoriosa”. A autora, contudo, alerta para a necessidade de se criar outras estratégias capazes de enfrentar as questões colocadas pelos processos de democratização, globalização e implementação das políticas neoliberais.

Ao se referir ao movimento feminista em um âmbito global, Michel (1982, p. 87) afirma que após todo esse processo de luta pode se constatar a mudança, como ele afirma:

Aproximadamente dez anos após os primeiros movimentos de libertação das mulheres, pode-se tentar fazer um rápido balanço. Ele é considerável. As feministas mostraram-se inovadoras em todos os campos. Tanto no campo filosófico quanto no das atitudes das mulheres e das atitudes sociais em relação às mulheres. No campo ideológico e científico, as feministas desmascararam e fizeram recuar para suas trincheiras as velhas ideologias políticas que, de direita ou de esquerda, separavam o público do privado, dando a primazia aos homens no setor público e cerceando as mulheres ao privado.

Necessário destacar que, em face da diversidade e da multiplicidade do movimento, atualmente o desafio é identificar as diversas vertentes ou os distintos feminismos e procurar explicitar as diferenças, identificar os distintos projetos, os diversos paradigmas, para definir com quem é possível manter uma unidade para elaborar projetos que mantenham o foco da luta pelos direitos das mulheres e que criem possibilidades de construir símbolos, valores, linguagens marcadas por relações de colaboração e não de domínio entre as pessoas.

Nessa perspectiva de novas diretrizes do movimento feminista, o empoderamento da mulher é de fundamental importância, pois é a partir desse

empoderamento que a mulher passa ter visibilidade e compartilhar com o universo masculino os mesmos direitos que antes lhes eram negados.

2.2 Entendendo a palavra empoderamento

Segundo Baquero (2006), as raízes históricas do termo “empoderamento” teria se situado ainda no século XVI, durante a Reforma Protestante iniciada por Martinho Lutero, em um movimento pela busca de justiça social. O termo, contudo, não se referia especificamente em “dar poder” a alguém, mas tinha o sentido de “autorizar”, “habilitar” ou “permitir” ao cristão a leitura e interpretação das Sagradas Escrituras.

No que diz respeito à Tradição do *Empowerment* com raízes na Reforma Protestante, Hugh Hewitt (2007) destaca que o movimento religioso do monge Martinho Lutero teve consequências que foram além da religião. Questionando a interpretação das escrituras então dominantes, e abordando assuntos considerados até então pertencentes ao papado, Lutero, em suas teses, levanta um conjunto de críticas à Igreja e à autoridade papal. Publicada em alemão, a obra oportunizou, aos mais diferentes estratos da sociedade alemã, o conhecimento de suas ideias. Defendendo a livre interpretação da Bíblia, Lutero fez sua tradução para o alemão (Bíblia Luther), possibilitando o contato do povo simples e pouco culto com a bíblia (BAQUERO, 2006, p. 175).

O empoderamento, na perspectiva acima citada, se encontra ligado ao domínio da leitura e da escrita, na medida em que dominar essas dimensões é de certa forma ter poder. Assim, Lutero, ao traduzir a Bíblia do latim, proporcionou seu acesso à uma parcela da população. Contribuiu para tal fato, também, a criação dos tipos móveis por Gutemberg, ao permitir a produção de livros em escala e, conseqüentemente, a ampliação da população letrada (BAQUERO, 2006).

Sobre o tema, Ribeiro, Chagas e Pinto (2007, p. 30) escrevem que:

Com o surgimento dos impressos, os livros tornaram-se mais baratos e portáteis, favorecendo a leitura silenciosa e solitária. Esta orientação para a privacidade integra-se num movimento mais amplo, que seria uma maneira de reivindicação de direitos e liberdades individuais, cujo surgimento a imprensa estimulou e contribuiu para divulgar¹.

¹ De acordo com Ribeiro, Chagas e Pinto (2007, p. 29), a liberdade de acesso à leitura proporcionado pela imprensa de Gutemberg favoreceu o advento da ciência em detrimento da fé da Igreja, possibilitando liberdade de pensamento às novas classes sociais que emergem no cenário renascentista europeu no século XV.

Klebal e Wendausen (2009) entendem o empoderamento como um termo multifacetado e que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e de condutas. As autoras veem o processo de empoderamento a partir de dimensões da vida social em três níveis: psicológica ou individual; grupal ou organizacional; e estrutural ou política.

O empoderamento pessoal possibilita a emancipação dos indivíduos, com aumento da autonomia e da liberdade. O nível grupal desencadeia respeito recíproco e apoio mútuo entre os membros do grupo, promovendo o sentimento de pertencimento, práticas solidárias e de reciprocidade. O empoderamento estrutural favorece e viabiliza o engajamento, a corresponsabilização e a participação social na perspectiva da cidadania. Compreende-se, no entanto, que a separação em níveis constitui-se em recurso didático e avaliativo, cujos componentes acontecem de modo interdependente, o que dificulta a separação entre processos e resultados. Os espaços de participação política constituem estruturas mediadoras de processos de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a ressignificação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana (KLEBAL; WENDAUSEN, 2009, p. 2).

Pelo citado, compreende-se que a palavra “empoderamento” tem sido utilizada em diferentes áreas de conhecimento, perpassando pela educação, sociologia, ciência política, saúde pública, psicologia social, serviço social e administração, dentre outros. O termo também é empregado por instituições governamentais, organizações da sociedade civil e entidades voltadas para a melhoria da qualidade de vida de comunidades carentes.

Portanto, empoderamento refere-se a proporcionar maior participação de setores da sociedade historicamente excluídas dos processos de tomada de decisão. Nesse sentido, apesar do uso indiscriminado do termo, as discussões sobre empoderamento estão mais concentradas nas dimensões da educação e da política.

De acordo com Costa (2010) o conceito de empoderamento surgiu com os movimentos de direitos civis nos Estados Unidos na década de setenta do século passado, através da bandeira do “poder negro” (*black power*) como uma forma de auto valoração da raça e conquista de uma cidadania plena. Em consequência disso, o autor afirma que:

Empoderamento é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades tomam controle de seus próprios assuntos, de sua própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e competência para produzir e criar e gerir (COSTA, 2010, p. 7).

Na mesma linha de raciocínio autores como Klebal e Wendausen (2009), Costa (2010) e Horochovsk (2006) afirmam que as primeiras referências ao termo “empoderamento” se encontram nos Estados Unidos a partir da década de 1970, quando a palavra passou a fazer parte dos discursos de minorias étnicas, socioeconômicas e de gênero, buscando o envolvimento ativo das pessoas na luta pelo aumento da participação nos processos de tomadas de decisão dentro das instituições sociais. Nesse contexto, o termo tem um significado emancipatório assumido, cuja pronúncia no original inglês *empowerment* está intimamente ligada ao exercício do poder.

Horochovsk (2006) explica que por ser um termo relativamente novo, o empoderamento gradativamente transformou-se em moda intelectual, passando a fazer parte do discurso de diversas vertentes de orientações políticas e identidades culturais também variadas e, portanto, com múltiplos usos.

Pode-se falar, então, numa utilização polissêmica e indiscriminada do conceito ao sabor de quem o emprega conforme suas intenções e posição no espectro político-ideológico. Ao mesmo tempo, em que pese a crescente produção de qualidade acerca do assunto, que inclui dissertações e teses, é escassa em português uma literatura que logre realizar conceituações e revisões históricas mais densas (HOROCHOVSK, 2006, p. 2).

Os primeiros estudos acerca do tema realizados no Brasil ainda traziam a grafia primitiva, sendo um dos pioneiros e de grande importância a obra de Jonh Friedmann (1996), intitulada “*Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*”.

Friedmann (1996) busca fundir diversos elementos em um todo coerente com a realidade. Em sua síntese afirma que o objetivo do processo de empoderamento é:

[...] reequilibrar a estrutura de poder na sociedade, tornando a ação do Estado mais sujeita a prestação de contas, aumentando os poderes da sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e tornando o negócio empresarial socialmente mais responsável. Um desenvolvimento alternativo consiste na primazia da política para proteger os interesses do povo, especialmente dos setores *disempowered* (sic), das mulheres e das gerações futuras assentes no espaço da vida da localidade, região e nação. (FRIEDMANN, 1996, p. 32-33).

Baquero (2006) afirma haver uma abundância de entendimentos sobre o que vem a ser empoderamento devido a sua utilização ser extremamente variada.

Isso acontece, na língua portuguesa, por não haver uma tradução clara da forma como se apresenta na escrita original, podendo ter diversos entendimentos e interpretações distintas, tomando por vezes significados diferentes para sua compreensão.

Para Baquero (2006) se for praticado como verbo transitivo, sua compreensão do termo empoderamento diz respeito a investir ou dá poder a outra pessoa ou grupo. Desta maneira haverá pessoas que se sentirão desprovidas de capacidade para exercer ação de poder, sendo caracterizadas como desempoderadas.

No entanto, continua o autor, se o termo empoderamento for usado como verbo intransitivo seu entendimento se dará de maneira contraditória, pois a palavra empoderamento está ancorada a ideia de transformar as pessoas em hábeis para o fim a que elas são destinadas.

Isto significa que “empoderar” é tornar uma pessoa suficientemente capaz de desenvolver destreza para que lhe seja permitido, por meio de si mesmo, atingir a obtenção de resultados pretendidos, adquirindo o controle de sua vida, apresentando-se em estado de empoderada diante da prática de seus próprios atos (BAQUERO, 2006).

Contribuindo para o debate, Deere e Leon (2002) aponta duas definições de empoderamento que se consolidaram em diversos debates acadêmicos que abordam questões ligadas à participação de minorias na dimensão social. Na primeira delas a autora considera este construto como “[...] a expansão nas habilidades das pessoas para fazerem escolhas estratégicas de vida em um contexto em que essa habilidade foi previamente negada”. Na segunda definição, apresenta o empoderamento como “[...] um processo através do qual o agente desempoderado ganha controle sobre as circunstâncias de suas vidas” (DEERE; LEON, 2002, p. 34).

Apesar das distinções apontadas pela pesquisadora citada, o conceito de empoderamento, qualquer que seja ele, traz em seu cerne duas condições necessárias para que uma pessoa seja empoderada. A primeira delas diz respeito ao acesso ao conhecimento que se obtém através da educação, seja ela formal ou informal. A segunda condição do processo de empoderamento refere-se ao controle dos recursos econômicos, o que implica, necessariamente, a posse e a utilização dos recursos. Para além destas duas condições, Leão (2014) sugere que

empoderamento implica uma ideia de processo, ou seja, a progressão de um estado de não se ter poder para o de se ter poder.

Ao analisar o empoderamento da mulher na Feira do Produtor em Toledo (PR), Andrade (2010) cita o trabalho de Oxaal e Baden (*Gender and empowerment: definitions, approaches and implications for policy*, 1997), no qual são apresentados diferentes entendimentos para o termo empoderamento, com ênfase no que trata o empoderamento das mulheres, para os autores a compreensão se encontra na raiz do termo empoderamento, e este pode ser compreendido de quatro maneiras distintas de poder:

- a) [...] “power over” ou “poder sobre”: este poder envolve um relacionamento de dominação e subordinação. Sendo baseado em ameaças e em intimidação, representa a estaca zero de um jogo em que o aumento de poder para um indivíduo significa a perda deste para outro;
- b) “power to” ou “poder para”: este poder está relacionado a ter autoridade para tomar decisões, poder resolver problemas e poder permitir ser criador de seus atos;
- c) “power with” ou “poder com”: este tipo de poder envolve as pessoas que se organizam com uma determinada finalidade e que possuem objetivos em comum para poder conseguir objetivos coletivos;
- d) “power within” ou “poder de dentro”: que se refere à autoconfiança, à autoconsciência e às decisões dos indivíduos. Este poder está relacionado a como os indivíduos podem se reconhecer donos do poder em suas experiências de vida e como este poder atua em suas vidas[...] (ANDRADE, 2010, p.18)

O poder adquirido por pessoas, por instituições e comunidades apresentam diferentes facetas, segundo Baquero (2006), determinando esse poder no empoderamento individual que se relaciona à habilidade dos indivíduos em conduzirem suas vidas buscando contínua melhora, tendo base no individualismo, ressaltando a autoconfiança individual; no empoderamento organizacional que decorre do poder apresentado na condição de tomada de decisões e de autonomia dos colaboradores organizacionais, dessa maneira, é uma forma por parte das empresas de garantir um vínculo e envolvimento por parte dos empregados para com as melhores decisões que visam melhorar o desempenho organizacional, possibilitando e garantindo o aumento da produtividade no empoderamento comunitário. Tal movimento apresenta a preocupação de garantir aos grupos colocados à margem da sociedade uma possibilidade de avanço e melhoria nas suas condições diante das lutas estabelecidas para a busca, conquista e defesa de seus direitos, exercendo ainda influência no meio político.

Freire (apud BAQUERO, 2006) afirma que empoderamento é mais que uma ação individual, apesar dessa ação ser condição essencial para a correta interação entre os indivíduos, pois o empoderamento se coloca no processo coletivo para garantir a transformação social. Dessa maneira percebe-se que a inconformidade do indivíduo se dá através de influência mútua entre todos os indivíduos, ocasionando um posicionamento crítico em relação às ocorrências da vida diária, permitindo e transformando as relações sociais e de poder.

[...] o empoderamento envolve um processo de conscientização, a passagem de um pensamento ingênuo para uma consciência crítica. Mas isso não se dá no vazio, numa posição idealista, segundo o qual, a consciência muda dentro de si mesma. [...] Conscientizar não significa manipular, conduzir o outro a pensar como eu penso; conscientizar é “tornar posse do real”, constituindo-se o olhar mais crítico possível da realidade (BAQUERO, 2006, p. 84).

Citando o estudo de Gita Sen, Lisboa (2008) afirma que o termo empoderamento abarca todo um processo que faz alusão a variáveis que consistem no exercício do controle de recursos externos, ou seja, do macro para o micro, enquanto indivíduo que busca incansavelmente o aumento de sua capacidade interna e de sua autoestima, o autor sustenta ainda que são as próprias pessoas que se empoderam, mesmo que haja fatores externos que exerçam influência nesse processo de mudança.

O entendimento do termo empoderamento, portanto, está associado a distintos pontos de vista, não permanecendo somente no campo da tomada de decisão pelos indivíduos, mas também está associado aos diferentes processos que conduzem os indivíduos a compreender que são habilitados para compor espaços de tomada de decisão.

Acompanhando o mesmo entendimento, Romano e Antunes (2002) apresentam o empoderamento, como abordagem, posicionando as pessoas e o poder no ponto de maior evidência para os processos de crescimento, influenciando no crescimento da capacidade dos indivíduos e de suas formações.

Os mesmos autores explicam que, dessa maneira, pode haver o ato de superação diante das privações de liberdade, criar novas possibilidades, poder e saber opinar corretamente diante de mais de uma alternativa, podendo em seguida vivenciar sua escolha, colhendo benefícios dela; como processo é visto como o conjunto de relações pelo qual todos os integrantes desse processo, sendo qual for

o cenário a que pertencem podem ter o domínio de suas vidas, terem consciência de suas competências para a transformação. São ações com choques de interesses, no que tange as situações de propriedade e comando colocadas de forma clara ou mascaradas (ROMANO; ANTUNES, 2002).

Então avalia-se que uma consciência crítica pode intervir e proporcionar mudanças na realidade vivida, transformando o seu meio, visto que o empoderamento diante dessa colocação não se faz somente a partir de um indivíduo, nem tão pouco se limita apenas à melhoria de vida deste, mas é sim um decurso sistematizado que envolve a aquisição de poder.

Portanto, fica claro que o termo foi e continua sendo utilizado em diversos movimentos, tendo como marco inicial a busca pelos direitos civis e de liberdade nos Estados Unidos, por meio da luta convicta do poder negro, maneira pela qual se pôde evidenciar o valor da raça e levarem a buscar a cidadania.

A partir dessa iniciativa, discussões acerca do empoderamento passou a fazer parte dos debates das mais diferentes vertentes do movimento feminista, que lutavam pelo reconhecimento do valor da mulher na vida econômica, social e cultural; na busca pela liberdade homossexual, que busca direitos garantidos a todos perante a sociedade e de tantos outros que são minoria porém participantes ativos de uma sociedade em constante mudança.

2.2.1 O empoderamento feminino

Lisboa (2008) aponta que o movimento de mulheres tem situado o empoderamento no campo das relações de gênero e na luta contra a posição socialmente subordinada das mulheres em contextos específicos, propondo uma alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres como gênero.

Para a autora:

O termo empoderamento chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social. O poder (na ciência política geralmente vinculado ao Estado) pode ser fonte de opressão, autoritarismo, abuso e dominação. Na proposta do feminismo, porém, pode ser uma fonte de emancipação, uma forma de resistência (LISBOA, 2008, p. 2).

Na perspectiva apontada acima, o empoderamento da mulher trata-se de um poder que afirma, reconhece e valoriza as mulheres, sendo condição imprescindível para que se alcance a igualdade entre homens e mulheres. Essa busca de igualdade de gêneros significa uma revolução nas relações patriarcais, em especial dentro da família, ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero.

Segundo Costa (2010), o empoderamento feminino implica na alteração radical dos processos e das estruturas que reproduzem a posição subalterna da mulher como gênero. Isto é, significa uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo a estas a efetiva autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como rechaçar o abuso físico e as violações (COSTA, 2010).

Essa visão é também corroborada por Leão (2014, p. 2) ao afirmar que:

O empoderamento feminino traz uma inovação na concepção de poder, adotando formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. O empoderamento feminino é também um desafio às relações patriarcais, em relação ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. É uma mudança no predomínio tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, dos seus direitos e sua participação política.

A autora prossegue afirmando que o primeiro passo para o empoderamento deve ser o despertar da consciência por parte das mulheres em relação à discriminação de gênero, reconhecendo que a desigualdade entre homens e mulheres existe de fato como construção histórica que precisa ser alterada. Nesse sentido, é preciso indignar-se com esta situação e querer transformá-la. Além disso, “[...] para se empoderarem, as mulheres devem melhorar a auto-percepção que têm sobre si mesmas, acreditar que são capazes de mudar suas crenças em relação à submissão e despertar para os seus direitos” (LEÃO, 2014, p. 2).

Ao buscar as raízes do empoderamento da mulher, Nadu, Simão e Fonseca (2013) indicam que durante a década de 1980, impulsionado pela onda feminista da década de 1970, estabeleceu-se o indicador de “status da mulher”.

Os estudos realizados sob o marco teórico de “status da mulher” conseguiram desvendar a situação de desigualdade das mulheres através de indicadores, tais como o grau de autonomia na família em relação à

tomada de decisões reprodutivas, no trabalho, nas relações afetivas (casamento, separações, tomada de decisões quanto aos filhos, etc.), nas decisões quanto à mobilidade, autoridade e acesso aos recursos econômicos e controle sobre os mesmos (NADU; SIMÃO; FONSECA, 2013, p. 4).

Portanto, seguindo essa construção teórica sobre o status da mulher é que surge o conceito de “autonomia”. As autoras, no entanto, lembram que, por seu caráter dimensional e múltiplo, o conceito de “autonomia” empregado nos estudos sobre status da mulher, não foi capaz de captar as nuances de poder existentes nas desigualdades de gênero observadas em diversas sociedades, através de seus sistemas de gênero.

Contribuindo para o debate, Deere e Leon (2002) afirmam que, assim como o conceito de autonomia levantou inúmeros questionamentos sobre o papel da mulher na sociedade, o de empoderamento trouxe, também, muitas perguntas, algumas das quais ainda sem resposta. A começar pelas definições que irão proliferar em cada área do conhecimento.

Considerando os preceitos e as definições reconhecidas publicamente por usuais do termo empoderamento, tanto na esfera pública como privada, além das dimensões políticas, educacionais, socioeconômicas e outras, é possível identificar como fator limitante para seu entendimento o conflito de interesses na especificidade em questão: o empoderamento da mulher. Essa dificuldade decorre exatamente do próprio meio no qual ela está inserida, ou seja, um ambiente que é historicamente excludente e característico do universo masculino: as esferas de poder. Tal característica acaba comprometendo a oportunidade e a participação econômica, suas conquistas educacionais, saúde e bem-estar.

Por se apresentar como um emaranhado de entendimentos distintos, sendo utilizado nos mais diferentes contextos e por diferentes cenários, o termo empoderamento pode se tornar confuso quando é relacionado à equiparação de gêneros. Isto é, quando se ver o empoderamento feminino como uma tentativa da mulher de subjugar o homem nessa relação. Não se trata disso. Na verdade, trata-se da busca pela equidade, pelo equilíbrio e pela busca da harmonia entre gêneros.

Cabe destacar, assim, que o empoderamento feminino como variável de uma equação, apresenta como resultado o exercício da democracia de maneira mais salutar, buscando transformar as mulheres em protagonistas de sua própria história.

A conscientização dos aspectos sociais, políticos e culturais que devem compor os indivíduos, faz com que possamos notar as suas necessidades, tornando-os capazes de demonstrar suas preocupações, buscando atuação na política e estratégias para tomada de decisões. Assim para que haja o empoderamento da mulher se faz relevante a percepção dessa conscientização a respeito de sua realidade vivenciada por ela todos os dias.

Esse convencimento, de acordo com Sen (apud ANDRADE, 2010), vem aos poucos aumentando a evidência feminina no âmbito social, político e econômico, nos faz entender que há um primeiro instante, as reivindicações buscavam o estado de bem-estar feminino, mas em seguida conduziram essas mulheres a participar como agentes hábeis em transformação da sua própria realidade, da sua vida e de sua família.

É possível atestar essa colocação através de mais um entendimento acerca do empoderamento das mulheres: aquele que se afirma contrário às práticas do poder patriarcal, poder este que dispõe a mulher em um estado de invisibilidade e anulação feminina. Lagarde (1996 apud ANDRADE, 2010) entende que este poder obtido pelas mulheres se faz conquistado através de uma série de atos e disposição de recursos necessários para esse alcance. Nas palavras do autor:

[...] Serem respeitadas em sua integridade, e não serem violentadas; afirmarem-se e encontrar correspondência de suporte e afirmação no mundo; acederem aos recursos e bens para a satisfação de suas necessidades; intervirem com paridade em todas as decisões e assuntos do mundo; não serem oprimidas e relacionarem-se com os homens em igualdade de condições; reconhecerem-se nas instituições e na cultura que lhe são próprias; serem reconhecidas como gênero, como sujeito histórico (LAGARDE apud ANDRADE, 2010, p.21).

Portanto, é importante esclarecer que o empoderamento das mulheres se dá de maneiras diferentes, não acompanhando o mesmo passo para todas, pois elas participam e compõem cenários distintos, estão sempre dependentes da realidade que vivem, das histórias que escreveram suas vidas, do nível de integração e de sua atuação nos mais distintos espaços (DEERE; LEON, 2002).

Nesse contexto, é preciso analisar com mais cuidado o empoderamento da mulher no meio rural, universo tipicamente dominado pela presença masculina em função de vários fatores, sendo a tradição cultural o marco dominante. Em outras palavras, tradicionalmente a mulher é instruída a ser submissa ao homem, seja ele o

pai, marido ou companheiro. Assim, quando a mulher rural se torna empoderada, causa um estranhamento no seu meio. Para corroborar tal tese, é necessário observar como se dão as relações de gênero e o empoderamento da mulher rural, como se segue.

2.3 Gênero e empoderamento da mulher rural

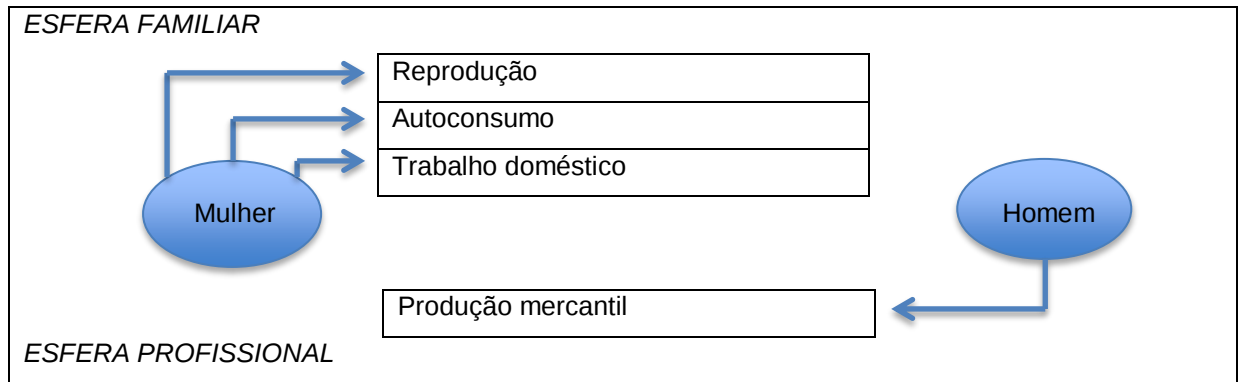
Falar de relações de gênero significa falar de relações de poder. Nessa perspectiva, é possível afirmar que por fruto de uma herança patriarcal, muitas mulheres não têm poder de decisão sobre suas vidas, fator que as anula enquanto sujeitos, favorece a reprodução que autorizam a dominação masculina.

Com efeito, como bem alerta Aguiar (1997), as relações entre os homens e as mulheres, são relações desiguais, assimétricas, que mantêm a mulher em estado de submissão ao homem e ao domínio patriarcal. Tal estado é ainda mais entranhado no meio rural na medida em que, se nos grandes centros urbanos as transformações ocorrem de forma mais dinâmica, no campo se caracterizam por sua lentidão.

Mesmo posicionamento é compartilhado por Oliveira (2006), que em seu trabalho afirma que discutir gênero e suas relações é declaradamente tratar das relações de poder.

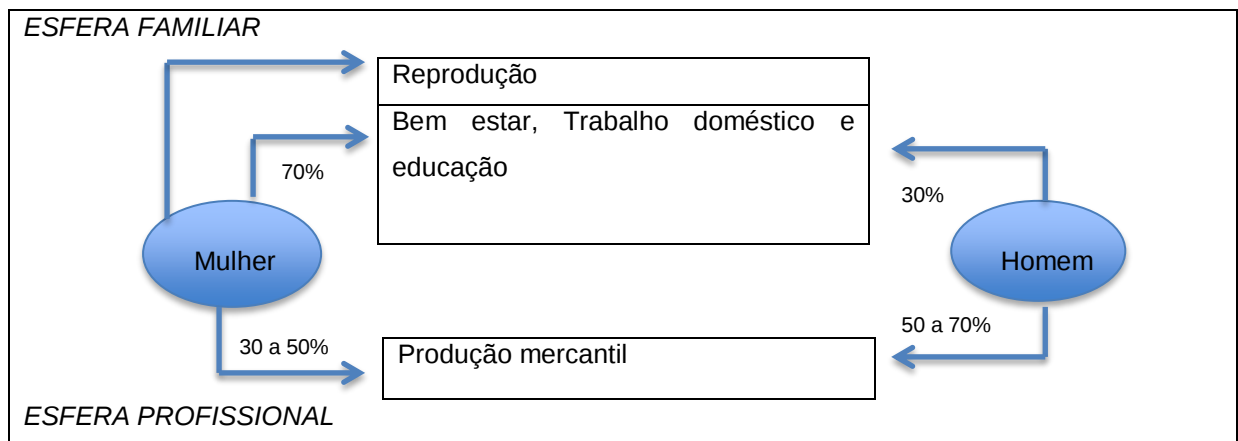
Por outro lado, ressalta que o poder esse que não faz parte da prática cotidiana das mulheres, isto é, elas não o praticam e sim o reproduzem para dar reconhecimento de tal atribuição a quem verdadeiramente de fato exerce esse poder, o homem. Assim, as mulheres dentro de sua condição feminina, historicamente não são sujeitos de poder. Pelo contrário, são os sujeitos sobre quem o poder é exercido (OLIVEIRA, 2006).

Majnoni d'Intignano (1999 apud SABOIA, 2006), ao se referir ao papel da mulher no modelo patriarcal, apresenta o seguinte esquema:

Figura 1 – Modelo patriarcal

Fonte: Majnoni d'Intignano (1999 apud SABOIA, 2006, p. 189).

O esquema do “modelo patriarcal” acima, segundo Majnoni d'Intignano (1999 apud SABOIA, 2006), foi “ultrapassado”, em parte, por um “modelo liberal com dupla jornada de trabalho”, apresentado na Figura 2:

Figura 2 – Modelo liberal com duas carreiras

Fonte: Majnoni d'Intignano (1999 apud SABOIA, 2006, p. 190).

Tal modelo, explica Saboia (2006, p. 190), “[...] resulta de uma série de fatores que envolvem desde a luta empreendida pelos movimentos feministas [...], até as sucessivas regulamentações e programas em favor da igualdade entre homens e mulheres”. Longe de defender tal modelo, a autora o critica na medida em que ele reflete a desregulamentação do mercado de trabalho e em conformidade com a formação de uma “nova sociedade salarial, marcada pelo emprego flexível e precário” (SABOIA, 2006, p. 190).

Com efeito, a tão propagada “igualdade de gênero” no mercado de trabalho, notadamente na contemporaneidade do neoliberalismo, trouxe consigo não

uma solução para a exploração de gênero no mundo do trabalho, mas uma dupla jornada, onde a mulher exerce suas atribuições profissionais, além de grande parte do trabalho doméstico herdado do modelo patriarcal.

Hernandez (2009), ao estudar as relações de gênero e a política de crédito, constatou interpretações diferentes para compreensão das relações de desigualdades que existem entre homens e mulheres, ressaltando o gênero como determinismo biológico e o gênero como construção social.

Nessa perspectiva, quando se aborda a questão pelo viés biológico, verificamos que os argumentos de sustentação difundidos massivamente até a década 1970 afirmam que a diferença biológica entre homem e mulher justifica o reconhecimento da superioridade masculina, até mesmo em decorrência das diferenças físicas entre homens e mulheres.

Quando esse determinismo se dá pela construção social, fica ainda mais patente a ocorrência de que a opressão sexual é parte integrante da divisão social do trabalho, que diante do avanço do sistema capitalista, funda-se a distinção da ação pública, no que diz respeito a economia e política, da ação privada que a limita em procriar.

De fato, a separação por meio do gênero no trabalho, não se dá apenas pela divisão social do trabalho entre homens e mulheres nas atuações produtivas e reprodutivas, mas também por meio de ordenamentos que disciplinam estas atuações, como ocorre nas representações do masculino e feminino, atrelados ao reconhecimento desigual entre homem e mulheres.

Meyer (apud HERNANDEZ, 2009) afirma que no processo de diferenciação entre homens e mulheres nos mais diferentes aspectos, seja no social, cultural dentre outros, a colocação e discussão de gênero se faz presente, pois inclui ainda os processos que dão vistas aos corpos distintos formados de sexo, gênero e sexualidade, acompanhando esse entendimento, ainda é dito que as relações de gêneros estão vinculadas a um encadeamento vasto das relações sociais que sustentam as armações e composições da divisão de recursos, as responsabilidades pelos compromissos assumidos, as obrigatoriedades entre o mesmo meio social de uma determinada sociedade.

Saboia (2006), em análise sobre a distribuição da população ocupada no Brasil, levando em consideração o sexo e setor de atividade, demonstra que a participação feminina na economia só supera a masculina no quesito “outras

atividades”, que engloba o setor de serviços, mais especificamente em atividades ligadas a alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, educação e serviços sociais, serviços domésticos e outras atividades individuais e coletivas (SABOIA, 2006, p. 144).

A análise da autora nos revela que as mulheres desempenham atividades onde a jornada de trabalho é mais acentuada e que frequentemente excede o estabelecido por lei, ou seja, o setor de serviços. Tal fato está em consonância com vários estudos que apontam a sobrejornada de trabalho feminino como regra no país. Ademais, é possível inferir que essa jornada de trabalho é maior ainda se levarmos em conta que em geral a mulher é a principal responsável pelo trabalho doméstico.

Em meio a toda essa discussão acerca das relações de gênero, Oliveira (2006) mostra que o entendimento desse embate tem como principal foco um ponto em comum: a relevância das relações de gênero e poder. Dessa maneira, a exposição de gênero tem como eixo de entendimento, duas definições elencadas por Scott (1995), são elas:

1. O gênero é um elemento constituído de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos;
2. O gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Ainda para Oliveira (2006), a inconformidade das mulheres, a sua agitação faz com que elas saiam em busca de uma mudança nas relações de gêneros surgindo nesse momento o termo empoderamento, que logo foi difundido pelo movimento feminista.

Segundo Deere e Leon (2002), o movimento feminista faz uso da palavra empoderamento, que aparece como um meio das mulheres dos países periféricos transformar suas próprias vidas, e com isso possibilitar a mudança na sociedade a qual pertencem.

Assim podemos dizer que o empoderamento da mulher ocasiona mudança, pois se coloca frente às relações culturais existentes, como o patriarcado. “O poder patriarcal é caracterizado como sendo um sistema de normas baseado na tradição, tendo como elemento básico da autoridade patriarcal a obediência ao senhor” (AGUIAR, 1997, p.163).

Esse empoderamento que conduz a mulher ao poder pode em contrapartida “desempoderar” o homem, levando a mulher a uma alteração de atitudes, provocando mudanças no domínio da mulher pelo homem, seja no controle de sua vida, do seu patrimônio ou de seu juízo de valores.

Para Deere e Leon (2002) o empoderamento da mulher instiga mudanças em um todo, ou seja, não apenas na mulher frente a si mesma, mas também nas relações sociais a que ela pertence, com família por exemplo.

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE; LEON, 2002, p.29).

A construção e reformulação de suas atitudes resultam em uma mulher renascida do ponto em que elas passam a ter a capacidade para pensar livremente construindo assim seus posicionamentos críticos acerca de algo, realizam tomadas de decisões e promovem ações a partir dessas decisões, tornando-as parte de um todo coletivo e sinalizando cada vez mais mudanças individuais.

Baquero (2006) diz que para que seja impulsionado de maneira sistematizada em uma direção definida que é a do processo contínuo de empoderamento da mulher, o processo deve estar atento a variáveis de igualdade, tanto no coletivo como individual, e que para que haja uma definição correta de empoderamento devemos acrescentar alguns aspectos que o compõe que são o cognitivo, psicológico, político e econômico.

O aspecto cognitivo diz respeito ao entendimento da mulher acerca de sua própria subordinação, tendo ela consciência de todo esse estado, sabendo o que essas causas ocasionam para a sociedade, esse aspecto envolve a compreensão do “eu” e a indispensabilidade de ter discernimento ao realizar escolhas mesmo que essas escolhas não sejam de acordo a padrões sociais e culturais a qual estão inseridas. Além disso, consiste também em ter conhecimento do novo acerca das relações de gênero, sexualidade, direitos reconhecidos por lei e avanços políticos e sociais.

O aspecto psicológico trata de seu interior, da sua busca e alcance de autoestima e confiança em si mesmo, onde as mulheres praticam esses novos

posicionamentos em todo seu âmbito de convivência, alcançando assim melhores meios de vida, garantindo também a vitória em suas lutas por mudanças.

O aspecto político evidencia o manuseio hábil com tudo que a política e o social determinam, assegurando um meio adequado de entendimento e parte daí vislumbrando possibilidades de mudanças.

E por fim, o aspecto econômico que ressalta a relevância de demonstrar capacidade no cumprimento de atividades geradoras de ganho, garantindo autossuficiência econômica para as mulheres.

O empoderamento da mulher desencadeia um novo entendimento de poder, alcançando de uma vez a possibilidade de participação da mulher em responsabilidades e tomadas decisões que contribuirão para o coletivo, para todos, retratando a participação da mulher não só no meio familiar, mais sinalizando também sua participação no mundo.

Segundo Deere e Leon (2002) a mulher rural no instante que assume a posse e o controle de sua propriedade rural e decide suas atividades e é capaz de gerar renda, ela atinge autonomia para demonstrar suas escolhas em situações que vão acometer suas vidas e de sua família, contudo é sabedor que este novo posicionamento de posse de suas vidas nos mais diferentes aspectos vai provocar a relação de poder já constituída pelo patriarcalismo, que refletirá o sentimento de impotência do homem diante de uma mulher mais autossuficiente.

Ainda para as autoras toda essa nova disposição das coisas irá possibilitar o poder de negociação da mulher frente ao homem, irá agora se posicionar no mesmo patamar de igualdade, atingindo o foco central dos movimentos das mulheres pelo alcance de seu empoderamento, essa conquista das suas aspirações sempre foram emblemadas pelas lutas contra a desigualdade de gênero e a concordância de mudanças em prol das mulheres, buscando equivalência de poder na família e nos demais meios de convivência, e também nos aspectos sociais e políticos (DEERE; LEON, 2002).

Nessa via de entendimento o poder pode ser observado como elemento relevante em todos os aspectos sejam econômico, social e pessoal e a prática desse poder é compreendida como peça fundamental para o empoderamento.

De acordo com Oliveira (2006), a partir do início dos anos 2000 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) verificou que as contínuas desigualdades entre homens e mulheres é que estabelecem as relações de poder e

de produção no campo.

A autora cita ainda que as mulheres rurais não se fazem ainda visíveis diante do Estado, e tão pouco são vistas como agricultoras familiares pela sociedade e nem agraciadas em sua maioria pela reforma agrária. Já é vanguardista a leitura que se faz acerca dessas mulheres da terra, onde os gestores públicos e sua própria família repetem o mesmo entendimento, o de que o trabalho rural realizado é prática intimista dessas mulheres, visto que no meio rural as tarefas domésticas se confundem com o seu trabalho produtivo do campo (OLIVEIRA, 2006).

Em meio a tudo isto, o empoderamento não é comum para a maioria das mulheres do setor rural, na medida em que o cotidiano tradicional, o convencional, predominante no meio rural, onde o modelo hierárquico desigual predomina, os homens mandam e as mulheres trabalham muito em atividades produtivas e reprodutivas. Porém, no momento de decisão e controle dos investimentos dos recursos adquiridos tanto pelo labor do homem como o da mulher, a prerrogativa é do primeiro, isto é, de maridos, companheiros, pais e irmãos.

Nesse sentido, Oliveira (2006, p. 27) expõe que:

Embora haja variação na participação das mulheres da divisão do trabalho produtivo, existe muita semelhança entre elas no que diz respeito à sua participação nas atividades de reprodução, tanto aquelas consideradas de ciclo curto como trabalho doméstico e as atividades diárias de manutenção, quanto às de ciclo longo, como reprodução biológica e a educação das crianças.

Apesar dos esforços no reconhecimento das relevantes mudanças no formato das famílias, ainda se faz muito presente as relações de desigualdades de poder que tomam ocupação no campo econômico e político, sem mencionar o afetivo que também tal desigualdade gera perdas no trato humano dado a essas mulheres.

A personificação dessas desigualdades está disposta nas análises fundadas em dados oficiais, mesmo as mulheres rurais não sendo maioria, são fatia expressiva da população rural, segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas correspondem a mais de 45% dessa população. Por elas, as mulheres viverem mais, com o passar dos anos elas se responsabilizam pelo sustento de seus dependentes.

Oliveira (2006) observa que outros estudos apontam para o fato de que as atenções do movimento sindical, de pesquisadores do governo e de organismos internacionais relacionados com a agricultura familiar, quando consideram a família, o fazem de maneira geral, tendo como o centro a figura do “chefe da família”. O trabalho e a visão da mulher, filhas e filhos são negligenciados, como se os interesses do homem chefe de família se sobrepujassem ao de todas as mulheres, isto é, da companheira e das filhas.

Segundo a mesma autora:

[...] A divisão sexual do trabalho parte do princípio segundo o qual os homens são responsáveis pelo trabalho produtivo (associado ao mercado) e as mulheres pelo trabalho reprodutivo (doméstico, consumo próprio, reprodução da família). Esta divisão expressou no Brasil a oposição entre casa e roçado (OLIVEIRA, 2006, p.29).

Nesse contexto, o papel das mulheres é bem claro, elas devem seguir regras que acabam limitando sua atuação enquanto sujeitos, pois são obrigadas a seguir determinadas normas e ter um jeito de viver que não é necessariamente o que querem.

Oliveira (2006, p.28) atesta tal condição:

As relações entre homens e mulheres na família e na organização da produção não são só objetivas, mas impregnadas de valores morais, éticos, que passam por representações simbólicas, pela religiosidade, entre outras questões. O fato de as mulheres perceberem sua condição de subordinadas não implica necessariamente em um movimento de mudança. O medo de se rever é inerente a todas as mulheres, embora possa ser trabalhado.

A introdução e fixação das mulheres rurais em posição relevante e decisória no segmento econômico são determinadas pela pobreza e pela ausência de vistas as suas atividades produtivas, visto que boa parte de seu trabalho é nomeado como ocupação doméstica, ou apenas uma mãozinha ao trabalho, onde o detentor é o homem, nos moldes do patriarcalismo, mesmo que a participação seja crucial para sustentação de sua família.

Essa espécie de “invisibilidade” das mulheres nos processos produtivos existentes no meio rural não decorre somente da percepção destas da condição de subalternação, ou seja, não são elas que se ocultam: são as próprias relações de dominação patriarcal que lhes “diminuem”. Neste sentido, Oliveira (2006) observa que o sentido da compreensão da realidade é alterado e, conseqüentemente,

também se alteram as estratégias de superação das desigualdades.

A operação de invisibilidade ocorre em um momento posterior ao trabalho realizado, seja ele produtivo ou reprodutivo. Dá-se quando é negado às mulheres o direito de decidir, quando as estatísticas e análises produzidas pelo Estado ou pela sociedade não trabalham os dados separados por sexo; quando discursos mantêm a suposta universalidade do masculino (“o agricultor”) (OLIVEIRA, 2006, p. 29).

A constatação da autora se encontra em acordo com dados oficiais do IBGE (2014) que demonstram a o fato de que o trabalho feminino não é reconhecido na medida em que não há pagamento algum por ele, é ausente qualquer forma de reconhecimento, não há remuneração entre as mulheres, esse aspecto é basilar para a constatação da ausência do valor da mulher.

Essas desigualdades se refletem na questão da reforma agrária, essa luta no Brasil já esteve em meio a atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras rurais, as mulheres sempre foram ativas nessa luta, contudo o alcance delas à terra sempre foi limitado, mesmo acontecendo concomitante a essa luta as modificações nas relações sociais que integram o processo de luta pela terra, evidenciando cada vez mais as relações desiguais de poder.

Contudo a legislação brasileira dá um salto e avança para que haja o acesso dessas mulheres do campo à terra. Segundo Deere e Leon (2002), na década de 60 ressalta que: “[...] o Estatuto da Terra de 1964 dava prioridade a chefes de família maiores que quisessem dedicar-se às atividades agrícolas”.

A autora ressalta que modelos culturais do país determinam a chefia familiar aos homens, porém devido os resultados alcançados pela legislação a partir da década de 80, as mulheres que trabalham no campo se colocaram em luta por todo o país para avocar o alcance igualitário à terra no dilema da reforma agrária.

O acolhimento dessa luta pelos movimentos sociais de mulheres contribuiu para inserir o artigo 189 da Constituição Federal que declara em seu paragrafo único: “O título de domínio ou concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou ambos independente do seu estado civil, nos termos e condições previstos em lei”. (BRASIL, 1988).

Mesmo em meio a essa vitória alcançada, do seu direito garantido em lei, o uso desse ganho vem ocorrendo de forma ineficiente, com o passar dos anos vem se observando que é bem pouco o número de mulheres que possuem titularidades de sua terra, além da débil aplicação e utilização das leis.

Segundo Deere e Leon (2002), o alcance das mulheres aos lotes da reforma agrária se deu em sua maioria entre as casadas, mas em número muito menor em relação aos homens nessa mesma condição civil, e com um número maior entre as mulheres viúvas e solteiras do que entre homens da mesma condição.

Ainda há também a preponderância da família, ou seja, do chefe da família no acesso a recurso econômico, quando o ocorre a separação conjugal, a situação no meio rural fica acomodada da seguinte maneira, o homem, “chefe de família” fica com o lote de assentamento, e a mulher sai acompanhada na maioria das vezes de suas crianças voltando para a sua única opção, o mero acampamento, o qual não lhe oferece nenhuma garantia de permanência, esses acontecimentos ilustram que a convivência conjugal é um dos fatores que definem os modelos de desigualdade expostos no acesso da mulher à terra.

Podemos ainda mencionar a prática recorrente no cenário nacional que é o de pouco ou quase nenhum acesso dessa mulher às políticas públicas, as mulheres do campo participam de maneira minoritária nas decisões sobre políticas públicas.

Além do alcance restrito dessas mulheres aos recursos econômicos, elas ainda se defrontam com o estado de invisibilidade em que ficam diante do Estado e da sociedade. Nem mesmo o direito à documentação civil e trabalhista assegurado pelo Estado lhes garante a cidadania, ou seja, o poder de exercer o gozo dos direitos civis e políticos do Estado. E ainda dados do IBGE (2014) demonstraram que 40% da população rural estão na condição de sub-registro, e que 60% desse indicativo são de mulheres.

Diante desse retrato reconhecido, o governo federal tem se mostrado interessado em criar e executar como resultado de uma força, meios que possam favorecer o avanço, onde possa se admitir e ter o convencimento do valor econômico da mulher no campo. O governo vem ao longo de gestões buscando desenvolver políticas públicas para as mulheres do campo, contribuindo dessa maneira para que haja uma inclusão afirmativa e decisiva na economia nacional.

Este posicionamento do governo é resultado do I Plano de Políticas para as Mulheres criado na I Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada em julho de 2004.

No contexto abordado possibilitamos o entendimento de como as mulheres que fazem parte das comunidades Pacoval e Rosarinho, no município de Anajatuba (MA) se posicionam em relação ao “poder” conquistado por elas por meio de seu trabalho e de seu reconhecimento diante de seus familiares e da sociedade. Antes, porém, é necessário abordar a questão das políticas públicas de gênero, começando pelo próprio Pronaf como política pública de fomento à pequena produção rural no Brasil, para em seguida verificar em que se constitui a modalidade do Pronaf Mulher.

3 PRONAF MULHER: políticas públicas de gênero

Analisado o empoderamento da mulher e a questão de gênero e empoderamento da mulher no meio rural brasileiro, busca-se no presente capítulo verificar o Pronaf Mulher como política pública de gênero que propicie renda à mulher do campo, na medida em que cresce o número de famílias nas quais as mulheres têm relevante papel econômico, muitas assumindo a chefia da família em razão da ausência da figura masculina.

Nesse contexto, como afirma Costa (2010), historicamente as relações entre os homens e as mulheres, ou seja, as relações de gênero se deram de forma muito assimétricas na medida em que a figura feminina se encontrava subjugada pela masculina em uma sociedade patriarcal e machista.

Obviamente o empoderamento da mulher não ocorre de uma hora para outra, trata-se de um processo lento, de muita luta, avanços e retrocessos. Nessa trajetória, obviamente as políticas públicas de gênero possuem relevante papel, em especial as políticas que proporcionam o acesso e o controle sobre recursos produtivos, assegurando desta forma alguns graus de maior autonomia financeira.

Necessário, portanto, verificar as políticas públicas de gênero no Brasil e como tais políticas proporcionaram (ou não) o empoderamento da mulher, em especial da mulher no meio rural.

3.1 Políticas públicas de gênero no Brasil

A análise das políticas públicas e das legislações que tratam das relações de gênero no país reflete o cenário político no qual se movem os diferentes atores sociais, dentre os quais os movimentos sociais que, através de negociações, enfrentamentos e alianças, lutam por ter voz, impacto e influência sobre programas econômicos e sociais, sobre leis e normas, sobre a atribuição de prioridades na distribuição de recursos orçamentários.

Tais políticas, cujos parâmetros se definem, em última instância, em função das características estruturais e conjunturais do país, expressam também as tensões entre forças e interesses diversos e o peso relativo destes setores na balança do poder. Refletem também o impacto social das diferentes temáticas que compõem a agenda defendida por estes atores.

Segundo Pitanguy (2003), foi somente a partir da mudança na conjuntura política do país, ou seja, o processo de redemocratização dos anos oitenta, que parcela significativa do movimento de mulheres se propôs não só a buscar, desde seu espaço na sociedade civil, uma interlocução com o governo, mas também a penetrar nos aparelhos de Estado.

De fato, ainda sob os impactos da redemocratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde a década de 1980 tem ocorrido, no Brasil, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Nessa perspectiva, Farah (2014, p.1) destaca ainda que “[...] com a crescente importância dos governos municipais, a partir da Constituição de 1988, a redução das desigualdades de gênero passou também a fazer parte da agenda dos governos locais”.

Nesse sentido, o primeiro passo foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), criado pela Lei n. 7.353, de 29 de agosto de 1985, com a finalidade de “[...] formular e propor diretrizes de ação governamental voltadas à promoção dos direitos das mulheres e atuar no controle social de políticas públicas de igualdade de gênero” (BRASIL, 2014a, p. 1).

O CNDM era dotado de autonomia administrativa e financeira e composto por um Conselho Deliberativo, formado por 20 conselheiras e por uma assessoria técnica e uma secretaria executiva, contando, ambas com quadros técnicos e administrativos. Posteriormente, passou a contar também com um centro de documentação, estudos e informação. Da diretoria técnica se desprendiam várias comissões de trabalho, tais como a comissão de educação, de cultura, de creche, de trabalho e mulher rural, de legislação, de violência, de saúde reprodutiva, da mulher negra e de comunicação (BRASIL, 2014a).

Silveira (2004) destaca que com base na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing (China), em 1995, e na trajetória do movimento de mulheres no Brasil (que se articula, como visto, a alterações mais abrangentes na relação Estado–Sociedade ocorridas no país nas últimas décadas) constituiu-se no Brasil a agenda atual relacionada à questão de gênero. Nessa agenda foram abordados vários temas de relevância para a questão da desigualdade de gêneros, apontando algumas diretrizes no campo das políticas públicas. Tais diretrizes são indicadas de maneira sintética pela autora da seguinte forma:

1. *Violência* – Criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos. Formulação de políticas que articulem medidas na área da assistência e da segurança pública, incluindo a aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas.
2. *Saúde* – Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher, incluindo cuidados com a saúde mental e ocupacional, ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área do planejamento familiar, de forma a superar a concentração dos programas exclusivamente na saúde materno-infantil.
3. *Meninas e adolescentes* – Reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, por meio de programas de atenção integral, com ênfase a meninas e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em situação de rua e vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição e expostas a drogas.
4. *Geração de emprego e renda (combate à pobreza)* – Apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao incremento da renda familiar. Inclusão de atividades voltadas à população feminina em programas de geração de emprego e renda. Garantia de acesso a crédito para a criação ou continuidade de pequenos negócios e associações. Incorporação por esses programas da perspectiva de superação da divisão sexual do trabalho.
5. *Educação* – Garantia de acesso à educação. Reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres. Capacitação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero no processo educativo. Extensão da rede de creches e pré-escolas.
6. *Trabalho* – Garantia de direitos trabalhistas e combate à discriminação nos diversos níveis da administração pública e fiscalização do setor privado. Reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado e minimização de sua carga sobre a mulher, por meio da criação de equipamentos sociais. Criação de programas de capacitação profissional.
7. *Infraestrutura urbana e habitação* – Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres, como creches e outros equipamentos e serviços urbanos como postos de saúde, habitação e saneamento básico. As mulheres continuam a desempenhar um papel central em relação às questões que afetam a esfera da reprodução, devendo ser reconhecida a 'centralidade' de sua participação nessas áreas na implantação das políticas públicas. Garantia de acesso a títulos de propriedade da habitação.
8. *Questão agrária* – Reconhecimento de direitos relativos às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para atividades agrícolas. Acesso a títulos de propriedade da terra, em programas de distribuição de terras. Acesso a crédito em programas de apoio à produção rural.
9. *Incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (transversalidade)* – Reivindica-se a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma transversal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política.
10. *Acesso ao poder político e empowerment* – Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que estas interfiram de maneira ativa na formulação e na implementação de políticas públicas. Criação de condições de autonomia para as mulheres, de forma que estas passem a decidir sobre suas próprias vidas, envolvendo, portanto, mudanças nas relações de poder nos diversos espaços em que estão inseridas, em especial no âmbito doméstico e no trabalho (SILVEIRA, 2004, p. 67-68).

As diretrizes apontadas pela autora se alinham com propostas de enfrentamento da realidade cotidiana da mulher brasileira, buscando assim mitigar práticas que continuam a construir a desigualdade cotidianamente, ou seja, a falta de autonomia pessoal e econômica, a desigualdade na divisão sexual do trabalho, na família, a autonomia do corpo e a sexualidade, o racismo e os preconceitos e romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes das mulheres.

Dentre os eixos que se destacam em relação às políticas públicas de gênero no país, a maioria visa garantir a autonomia pessoal e direito ao trabalho da mulher, pois a independência econômica é um dos elementos centrais da emancipação feminina, do seu direito pleno ao exercício da cidadania.

O crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho nas últimas décadas é extremamente positivo, mas ainda se realiza em condições muito desiguais. Nesse sentido, Saboia (2006, p. 209) esclarece que apesar dos avanços e da criação de vários mecanismos de inserção das mulheres no mercado de trabalho, estas ainda se encontram em desvantagem em relação ao universo masculino, especialmente quando se verifica que historicamente o trabalho feminino é menos valorizado que o trabalho do homem, refletindo-se em menores salários para as mulheres.

O que se observa, em especial no contexto do trabalho no âmbito rural, é uma divisão sexual do trabalho na família, pois as relações desiguais de gênero estão sustentadas pela divisão sexual e diferenciada do trabalho, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres, pela violência sexual e doméstica, pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão, pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos e família e por uma cultura que reproduz e reforça a discriminação e violência contra as mulheres.

Outro eixo de intervenção das políticas públicas no campo das garantias de autonomia das mulheres, diz respeito à criação de condições de independência econômica e divisão do trabalho doméstico, formulando programas que estimulem a geração de emprego e renda e criando suporte social ao trabalho das mulheres com políticas que, prioritariamente, busquem a ampliação da rede de creches e outros equipamentos públicos como lavanderias coletivas, restaurantes populares.

A possibilidade de que a mulher possa ter algum controle sobre o seu tempo e possa dedicar-se ao trabalho remunerado, mas também veja diminuída a sobrecarga de trabalho doméstico e possa também se capacitar profissionalmente,

estudar ou ter algum tempo para o lazer e a cultura, depende em grande medida que o Estado reveja sua abordagem de gênero em um espectro muito amplo de políticas. Depende, igualmente, de uma divisão sexual das atividades domésticas no seio das famílias, o que demanda uma profunda mudança na cultura brasileira, ainda marcada pelo patriarcalismo.

De acordo com Andrade (2010) o processo de empoderamento da mulher se encontra estreitamente relacionado ao de participação na vida política e outras áreas antes exclusivamente masculinas. Para a autora, experiências em diversas partes do mundo têm mostrado que processos de participação possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias “[...] favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza” (ANDRADE, 2010, p. 32).

Dentre as políticas públicas com potencial para promover o empoderamento da mulher, as que proporcionam emprego e renda são as mais promissoras. Nadu, Simão e Fonseca (2013), por exemplo, citam que o Programa Bolsa Família tem conseguido, mesmo que de maneira tímida, empoderar mulheres na região de Contagem (MG).

Neste sentido, acreditamos que programas como o Pronaf Mulher podem ampliar o empoderamento da mulher, especialmente as do campo, na medida em que condiciona uma linha de crédito exclusivamente para a mulher do campo, independentemente se esta mulher tem ou não marido. Para compreendermos melhor essa relação de empoderamento, é preciso saber de que se trata o Pronaf Mulher e de como este programa vem sendo implementado desde que foi criado, em 2001.

3.2 O Pronaf Mulher

As políticas públicas para as mulheres rurais, recentemente praticadas pelo governo federal por meio do Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres e pela Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário buscam incidir sobre as dificuldades vividas por elas no campo, como, por exemplo, o acesso aos direitos de cidadania, à renda e emancipação no trabalho.

Para Gasques et al. (2005) essas políticas tinham como eixo propiciar meios de gerar autonomia econômica, mediante a individualização de direitos, quebrando assim a tradição de família, que, historicamente, marcou a ação do Estado, e estimulando uma inserção soberana das mulheres na vida social, na economia e na participação cidadã. No entendimento de Gasques et al. (2005, p. 12):

Até a década de 1990, não havia nenhum tipo de política agrícola para o segmento da agricultura familiar. No decorrer dos anos 1990 se estabelecem agendas para orientar as políticas públicas agrícolas, bem como os agentes de crédito (bancos) começam a fornecer novos esquemas de financiamento, através de microcrédito, atingindo um setor excluído historicamente, os agricultores familiares.

Um dos acontecimentos mais marcantes que ocorreu na esfera das políticas públicas foi da criação do Programa Nacional de Fortalecimento a Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996. Segundo Oliveira (2006), o surgimento deste programa representou o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social, “os agricultores familiares”, até então designada com diversas categorias: “pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultores de subsistência”. O programa nasceu com o objetivo de prover crédito agrícola e apoio institucional aos pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas até então existentes.

Para Hernández (2009), apesar do Pronaf se constituir em um possível instrumento chave para o desenvolvimento rural do Brasil, por ser destinado exclusivamente aos agricultores familiares, ele ainda reforça as desigualdades de gênero nas relações familiares e de trabalho no campo. De acordo com a autora:

As mulheres tiveram um limitado acesso a esse programa, até recentemente. Essa problemática parte da limitada autonomia econômica e da restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto de seu trabalho, uma vez que nem sempre dominam os espaços de gestão e comercialização de sua produção. Assim, no sentido de ampliar o acesso da mulher ao crédito, uma das principais reivindicações da Marcha das Margaridas, era criar um crédito especificamente voltado para as mulheres rurais com o objetivo de promover sua autonomia e ampliar o grau de sua participação na sociedade (HERNÁNDEZ, 2009, p. 49).

Em 2001, foi estabelecida por um programa do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma portaria estabelecendo que 30% dos créditos do Pronaf seriam destinados às mulheres, pois se calculava que até então o programa contava com apenas 7% das mulheres entre seus beneficiários. Embora esta meta ainda não tenha sido atingida, a participação das mulheres entre os tomadores de crédito rural vem aumentando. Esse crescimento foi mais expressivo a partir das safras de 2004 até 2006, justamente quando o Pronaf-Mulher se transformou em uma linha de crédito específica.

Em linhas gerais, o Pronaf Mulher trata-se de uma linha de crédito disponibilizado pelo Governo Federal, via instituições financeiras estatais aprovadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), no sentido de fomentar as atividades de agricultura familiar ou qualquer outra atividade ligada ao trabalho no campo, desde que geridos pela mulher (BRASIL, 2014b).

A ideia do Pronaf Mulher se insere numa proposta maior, que advém do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), criado a partir de uma necessidade imprimida por demanda dos agricultores familiares brasileiros, no início da década de 1990. Nessa perspectiva, o Governo Federal objetivava criar um programa que atendesse de uma forma genérica para as propriedades, sem pensar os sujeitos nelas existentes (BRASIL, 2014b).

Segundo Rosa (2011) somente no Plano-Safra 2003/2004 é que as mulheres se viram, de fato, contempladas com a linha de crédito específica do Pronaf Mulher:

Lançado em junho de 2003, o PRONAF Mulher é uma linha de crédito do PRONAF direcionada a agricultoras familiares, assentadas, arrendatárias, parceiras meeiras, pescadoras artesanais extrativistas e quebradeiras de coco que possuam renda anual bruta a partir de R\$ 2000. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - ele foi criado principalmente para atender a uma demanda dos movimentos sociais. A ideia é que as mulheres possam ter acesso a financiamento para o desenvolvimento das suas atividades produtivas e que esse seja um crédito a mais para a família, que poderá continuar acessando as outras linhas de crédito PRONAF. Esta medida tem como justificativa a constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais têm como uma das principais bases para sua subordinação, a dependência econômica, fato que vem sendo agravado com as mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira, em seu processo de modernização e mecanização (ROSA, 2011, p. 3).

Apesar dos dados disponibilizados pelo autor e por pesquisadores como Menegat e Farias (2010), além daquilo que é exposto no portal do Ministério do

Desenvolvimento Agrário (MDA) e pela Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), ainda são poucas as produções acadêmicas a respeito desse tema e por isso, até o momento da realização desta pesquisa, não foi possível obter maior volume de dados, em termos nacionais, sobre a demanda e o acesso desse crédito.

De acordo com Rosa (2011), para o Plano Safra de 2010/2011 a linha de crédito situada na faixa de até R\$ 10 mil, a taxa de Juros ficou em 1% ao ano na faixa I; na faixa II, foram oferecidos entre R\$ 10 mil até R\$ 20 mil, com juros de 2% ao ano; por fim, na faixa III, a linha de crédito ficou na faixa de R\$ 20 mil até R\$ 50 mil, com juros: 4% ao ano.

Em relação à questão do empoderamento da mulher através do Pronaf Mulher, o Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), não menciona expressamente esta possibilidade, limitando-se apenas em descrever as especificações técnicas do programa, cujo objetivo é:

Financiar investimentos em atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e prestação de serviços agropecuários e não agropecuários, observadas as propostas ou planos simples específicos, entendendo-se por prestação de serviços as atividades não agropecuárias como, por exemplo, o turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades que sejam compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida, sendo facultado ao mutuário utilizar o financiamento em todas ou em algumas das atividades listadas na proposta simplificada de crédito sem efetuar aditivo ao contrato (BRASIL, 2014b, p.1).

Em linhas mais gerais, o estudo das poucas produções acadêmicas a respeito do tema permite inferir que o Pronaf se trata de um projeto de fomento de suma importância para o incremento da renda do pequeno produtor rural. Dentre os estudos acerca do referido programa, é interessante citar os de Rosa (2011), Menegat e Farias (2010), Hernández (2009), Gasques et al. (2005).

Quanto ao Pronaf Mulher, podemos destacar o estudo de Menegat e Faria (2010, p.6), que afirmam:

Entendemos o Pronaf Mulher na dimensão de uma política de fomento que amplia as possibilidades de organização dos sítios e de sujeitos, especialmente por propiciar visibilidade aos sujeitos historicamente desconsiderados do fazer social, como no caso das mulheres que sempre estiveram presentes em todos os encaminhamentos, mas que a elas não foi projetada visibilidade.

Os autores entendem ainda que a implementação de linhas específicas de crédito para fomentar a pequena produção rural trazem significativas melhorias na infraestrutura e inovações produtivas, elementos fundamentais para consolidação desses espaços, especialmente quando se verifica que, historicamente, os pequenos produtores rurais, especificamente aqueles que sobrevivem da agricultura familiar, quase sempre foram negligenciados pelo poder público (MENEGAT; FARIAS, 2010).

Em relação ao Pronaf Mulher, Rosa (2011) entende que este Programa inicia um processo de reconhecimento da condição das mulheres enquanto trabalhadoras em situações de independência, retirando-as do modelo familiar que historicamente as manteve assentadas numa lógica na qual não existiam, senão como membros de agrupamentos familiares.

Ainda segundo Rosa (2011), nesse modelo o homem aparecia como trabalhador efetivo, responsável pela contratação e execução dos trabalhos, mesmo que para isso fazia uso da força dos trabalhos da mulher e dos filhos, numa relação de poder que impedia que estas fossem projetadas na condição de sujeitos atuantes.

Com efeito, no modelo familiar patriarcal que ainda impera com maior ou menor intensidade em todo o país, mulheres e jovens são historicamente negligenciados da condição de trabalhadores e de sujeitos efetivos nas relações e produção. Do mesmo modo, ficam de fora dos encaminhamentos junto a órgãos financiadores de processos produtivos, que até pouco tempo eram assumidos exclusivamente pelos homens.

É nesse contexto que o Governo Federal criou o Pronaf Mulher, que é definido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como uma “linha para financiamento de investimento de propostas de crédito da mulher agricultora” (BRASIL, 2014b). Essa linha de crédito, de certa forma, contribui para o empoderamento da mulher do campo, que sempre se viu na condição de inferioridade em relação ao homem.

Ora, historicamente as mulheres sempre foram negligenciadas e inferiorizadas em relação ao homem. Ou seja, apesar de participarem nos processos de trabalho e de vida, não eram enxergadas como capazes para desempenho de funções de gestão, as quais exigiam audácia e propiciam visibilidades.

Ao analisar a situação da mulher e os papéis atribuídos à mulher e ao homem, Costa (2010, p. 27) afirma que:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo [...] é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural a sua capacidade de conceber e dar à luz.

É possível, portanto, afirmar que tais diferenças são ainda mais acentuadas no cotidiano das mulheres do campo, com a predominância ainda do machismo e a submissão da mulher ao marido. Essa distinção, aliás, é fator de cerceamento do empoderamento da mulher, que não consegue ser assim protagonista de sua história.

Menegat e Farias (2010), que trabalham a questão do empoderamento feminino também no campo, apontam que a concepção da ajuda que ainda se faz presente nos encaminhamentos da produção e da representação política no campo (e mesmo em outros espaços da sociedade em geral), a qual mantém relações diferenciadas de espaços e de atuação: as mulheres ajudam quando estão na roça e os homens ajudam quando atuam nas casas. Segundo as autoras, “[...] Essa divisão foi referendada socialmente e politicamente, já que havia poucas políticas governamentais que promoviam visibilidades para as atuações das mulheres” (MENEGAT; FARIAS, 2010, p. 18).

Rosa (2011), por sua vez, destaca que a participação das mulheres no processo de produção e comercialização de produtos, apesar de ser evidente, ainda não é totalmente compreendida pelas próprias mulheres, que se anulam como protagonistas da produção.

Nas palavras do autor, “mesmo que por vezes as mulheres sejam protagonistas no desenvolvimento da maior parte das tarefas, ainda se colocam como meras ajudantes de seus companheiros nas atividades fora do espaço do lar” (ROSA, 2011, p. 6).

E mais, ainda de acordo com Rosa (2011), as mulheres camponesas brasileiras parecem trazer consigo a marca do trabalho doméstico como o único lugar social que lhes foi reservado:

À mulher, de um modo geral, compete executar tanto as atividades mais rotineiras, ligadas à casa, ou ao serviço agrícola, como as de caráter mais leve. Entre as tarefas em geral executadas pelas mulheres estão praticamente todas as atividades domésticas, o trato dos animais, principalmente os menores (galinhas, porcos e animais domésticos), a ordenha das vacas e o cuidado com o quintal, que inclui a horta, o pomar e o jardim (ROSA, 2011, p. 9).

É inegável que nos últimos anos ocorreram transformações, porém o processo de empoderamento ainda não foi totalmente interiorizado pelas próprias mulheres, que elas mesmas, por vezes, ainda se percebem na condição de que todo o trabalho que realizam é apenas uma ajuda, creditando o sucesso das atividades não domésticas aos seus maridos.

Em relação ao acesso ao Pronaf Mulher, Rosa (2011) observa que entidades responsáveis pela assistência técnica não disponibilizam dados confiáveis para que se afirme, de fato, que o benefício é acessado por grande número de mulheres. A razão é o desconhecimento e a dependência das mulheres em relação aos seus companheiros.

O não acesso é de diferentes formas justificado pelas mulheres, sendo algumas das justificativas como, a falta de interesse, a estranheza em relação a linha de crédito como um todo, o medo do endividamento, a falta de vontade do banco e das agências de assistência técnica, dentre outras. Porém de uma forma ou de outra as mulheres tiveram acesso às informações sobre o crédito, mesmo que de forma superficial (ROSA, 2011, p. 10).

Por isso, o autor considera que o Pronaf Mulher, mesmo sendo um programa que surge do encaminhamento de pautas e reivindicações das mulheres do campo e suas organizações, ainda não tem efetivado consideráveis mudanças no processo de empoderamento das mulheres camponesas e que não tem contribuído para a conquista do espaço público.

Portanto, apesar do potencial para o processo de empoderamento da mulher do campo, o Pronaf Mulher, por si só, não garante o empoderamento. Para tanto, é necessário buscar conscientizar a mulher de seu papel como protagonista do processo de produção da pequena propriedade no campo.

Discussões à parte, destaca-se que o processo de empoderamento da mulher traz a tona uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas.

Por outro lado, vale destacar que o Pronaf Mulher não foi desenhado para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero, particularmente aquelas ligadas às relações entre homens e mulheres. Mas ao condicionar o crédito à presença feminina, o programa acaba levando, de certa forma, ao empoderamento da mulher do campo.

Com efeito, políticas públicas como o Pronaf Mulher contém ações capazes de gerar autonomia econômica, mediante a individualização de direitos, quebrando assim a tradição de família, que, historicamente, marcou a ação do Estado, e estimulando uma inserção soberana das mulheres na vida social, na economia e na participação cidadã.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o Pronaf Mulher contribui para o empoderamento da mulher na medida em que se apoia nos seguintes pressupostos: a) construir estratégias de acesso das mulheres e jovens trabalhadoras ao Pronaf-crédito; b) desburocratizar e garantir o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais, para atender atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando carência e prazos de pagamento diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais. O financiamento pode ser de forma individual ou coletiva (BRASIL, 2014b).

Segundo Menegat e Farias (2010), a ideia predominante na Pronaf Mulher é a de que as mulheres possam ter acesso a financiamento para o desenvolvimento das suas atividades produtivas e que esse seja um crédito a mais para a família, que poderá continuar acessando as outras linhas de crédito do próprio Pronaf. Esta medida tem como justificativa a constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais têm como uma das principais bases para sua subordinação, a dependência econômica, fato que vem sendo agravado com as mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira, em seu processo de modernização e mecanização.

Por outro lado, se o crédito especial para as trabalhadoras rurais é mais recente, o acesso ao Pronaf não o é, mas se caracteriza por limitações importantes. O Pronaf é estruturado como um crédito à unidade familiar e compromete o conjunto de seus integrantes. Até 2004 a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP - documento que habilita o público enquadrado no programa a solicitar o crédito) tinha apenas um titular. Com a implantação da titularidade conjunta obrigatória na DAP, ocorreu um aumento para 18,7 % no número de contratos concedidos em nome das mulheres

na safra seguinte. Já para as safras de 2012 e 2013, os dados ainda não foram disponibilizados pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Por fim, ressalta-se que o Pronaf Mulher é muito recente e, apesar dos diversos estudos realizados apontarem limitações, deficiências, insuficiências de recursos financeiros, entre outros fatores, tais estudos, como o de Menegat e Farias (2010), apontam que ele significa um aspecto positivo para as mulheres agricultoras na medida em que representa uma oportunidade delas serem reconhecidas como “trabalhadoras” pelo Estado através de ações do governo e pela família a partir da possibilidade de sua emancipação econômica.

No sentido de verificar se o Pronaf Mulher tem efetivamente levado ao empoderamento da mulher do campo, realizamos a pesquisa junto às mulheres das comunidades de Pacoval e Rosarinho, no município de Anajatuba (MA), cujos resultados serão observados no capítulo a seguir.

4 EMPODERAMENTO DA MULHER NAS COMUNIDADES PACOVAL E ROSARINHO, EM ANAJATUBA, A PARTIR DO PRONAF MULHER

As comunidades de Pacoval e Rosarinho em Anajatuba (MA), não se diferenciam de outras comunidades no meio rural brasileiro, sendo verificadas as mesmas dificuldades, anseios e possibilidades entre seus habitantes.

Destaca-se, nas duas comunidades, desde o ano de 2008, a presença de determinadas políticas públicas de fomento que proporcionam renda para a população local. Uma destas políticas é o Pronaf Mulher, que vem beneficiando a produção de algumas mulheres na região.

Ao proporcionar renda, o programa tem levado essas mulheres a repensarem seu papel e as suas relações com os filhos, pais, companheiros ou maridos e outros membros da família e da própria comunidade.

Para entendermos os papéis sociais das mulheres beneficiadas pelo Pronaf Mulher nas duas comunidades, foi realizada a pesquisa de campo já descrita e cujos resultados serão apreciados nos tópicos a seguir, começando pela descrição física, econômica e social do local onde a pesquisa foi realizada.

4.1 O município de Anajatuba

Distante 128 km da capital maranhense, o Município de Anajatuba possui 25.291 habitantes, sendo 26,08% moradores da zona urbana e 73,92% da zona rural, segundo o Censo do IBGE de 2010. Sua economia é baseada, sobretudo, na pecuária, na agricultura familiar e na pesca artesanal.

A cidade faz parte da Baixada Maranhense, onde boa parte de seu território permanece alagada por vários meses no ano. Nesse contexto, a pesca se constitui em fonte de renda para grande parte da população, especialmente para aqueles que moram nos povoados nos arredores do município.

Figura 3 – Foto de satélite do município de Anajatuba



Fonte: Google earth

Figura 4 – Foto aérea do centro de Anajatuba



Fonte: Anajatuba em Foco (2014)

O nome peculiar vem de uma pequena fruta que havia em abundância na região, o anajá. Nesse sentido, o termo “Anajatuba” vem da junção de duas palavras de origem indígena: “anajá” e “tuba”, sendo este último termo significando “abundância”. Assim, “Anajatuba” quer dizer “abundância de anajá”. É importante ressaltar que a planta que deu origem ao nome do município tornou-se raridade na região, ficando quase extinta.

Figura 5 – Campos alagados de Anajatuba com Morro do Pacoval ao fundo



Fonte: Isabel Marques

Segundo Oliveira (2006, p. 8), inicialmente Anajatuba era uma aldeia de índios que ao longo do período colonial foram sendo afastados, seja em razão das perseguições movidas pelos colonos que se fixaram na região à procura de lugares apropriados à criação do gado, seja em razão de doenças e busca de alimentos em outras regiões onde o homem branco ainda não havia chegado.

Elevada à categoria de município e distrito com a denominação de Anajatuba, pela lei provincial nº 359, de 22 de julho de 1854, a antiga vila foi desmembrada do município de Itapecuru-Mirim, do qual fazia parte. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o município era constituído do distrito sede. Pelo decreto nº 539, de 16 de dezembro de 1933, o município foi extinto, sendo seu território anexado ao município de Rosário. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, Anajatuba figurava ainda como distrito do município de Rosário (DIAS, 2006).

Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Anajatuba, pelo decreto nº 870, de 05 de julho de 1935, Anajatuba foi desmembrada de Rosário. Finalmente, em divisão territorial datada de 1º de julho de 1960, o município passou a ser constituído de dois distritos: Anajatuba e Porto das Cabarras. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2005 (DIAS, 2006).

Figura 6 – Vista aérea do centro de Anajatuba



Fonte: Anajatuba em Foco, (2014)

Como a maioria dos municípios maranhenses, Anajatuba ainda é uma cidade que possui muitas carências nas áreas de saúde, infraestrutura, saneamento

básico e educação. A renda per capita é baixa, ficando em R\$ 207,65 no ano de 2010, segundo dados apresentados pelo IBGE (2014) e o número de analfabetos funcionais, embora não sejam encontrados estudos sobre o tema, presume-se que seja muito alto em relação aos números do país.

Segundo os dados do Censo IBGE de 2010, a população de Anajatuba se encontra distribuída entre 12.959 homens e 12.332 mulheres, totalizando 25.291 habitantes. Entre 2000 e 2010, a população de Anajatuba cresceu a uma taxa média anual de 2,72%, enquanto no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Nesta década, em um processo inverso na maior parte do país, a taxa de urbanização do município passou de 30,98% para 27,74%. Ou seja, a população rural cresceu enquanto a população urbana decresceu. A explicação para este fenômeno, segundo o Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Antônio Rodrigues Lima Filho, foi o loteamento de parte da área rural através de programas da Reforma Agrária do INCRA. (IBGE, 2014)

Com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,581, Anajatuba é situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,500 e 0,599). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,762, seguida de renda, com índice de 0,523, e de educação, com índice de 0,492 (IBGE, 2014). Na tabela 1 podemos visualizar os números relativos ao IDHM do município.

Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Anajatuba - MA

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM EDUCAÇÃO	0,085	0,240	0,492
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	7,42	15,55	32,88
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	13,56	85,62	94,94
% de 11 a 13 anos frequentando séries finais do ensino fundamental	18,69	18,58	85,44
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	3,85	9,07	40,63
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	0,21	5,55	19,23
IDHM LONGEVIDADE	0,536	0,631	0,762
Esperança de vida ao nascer (em anos)	57,15	62,85	70,69
IDHM Renda			
Renda per capita (em R\$)	89,59	103,91	207,65

Fontes: PNUD/IPEA (IBGE, 2014, p.1)

A tabela 1 mostra que entre 1991 e 2000 o IDHM passou de 0,260 em 1991 para 0,397 em 2000, representando uma taxa de crescimento de 52,69%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 81,49% entre 1991 e 2000. Nesse período a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,155), seguida por longevidade e por renda.

Já entre os anos de 2000 e 2010, o IDHM passou de 0,397 em 2000 para 0,581 em 2010, o que representa uma taxa de crescimento de 46,35%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1 (um), foi reduzido em 69,49% entre 2000 e 2010. Seguindo a tendência dos números entre os anos de 1991 e 2000, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos entre 2000 e 2010 foi também a educação (com crescimento de 0,252), seguida por longevidade e por renda.

Portanto, entre 1991 e 2010 o IDHM do município passou de 0,260 (1991) para 0,581 (2010), enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 123,46% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano

de 56,62% para o município e 53,85% para a UF.

Mesmo com a significativa melhora nos índices, Anajatuba ocupa a 4.614ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros, segundo o IDHM (IBGE/IPEA, 2014).

Em relação ao sexo, o Censo 2010 do IBGE apontou que o total de domicílios particulares permanentes urbanos com mulher responsável pelo domicílio é de 2.438, enquanto outros 4.065 possuem como responsável o homem. Essa discrepância é ainda maior no âmbito rural, pois embora o IBGE não disponibilize tais dados, tal diferença é dedutível em razão da cultura machista que é ainda mais arraigada entre a população rural. Além disso, a desinformação e o analfabetismo são ainda mais acentuados no meio rural.²

Ressalte-se que, como boa parte dos municípios brasileiros, nos últimos anos o aumento da renda da população proporcionou a várias famílias acesso a produtos que antes não podiam consumir e que hoje fazem parte da realidade de muita gente. Parte desse aumento da renda foi propiciada por programas de transferência de renda do Governo Federal, tais como o Bolsa-Família.

Sendo um município que tem como base a agricultura e a pesca artesanal, muitos habitantes também se beneficiam de programas como o “seguro-defeso”, um auxílio financeiro pago pelo Governo Federal aos pescadores artesanais que possuem registro profissional nos períodos em que a pesca fica proibida, conhecido como “piracema”.

Além dos programas sociais listados, Anajatuba também se beneficia de programas de fomento à economia disponibilizados para regiões rurais, dentre os quais o Pronaf em todas as suas vertentes, inclusive na vertente Pronaf Mulher.

Em relação a políticas de gênero de âmbito municipal, estas não existem em Anajatuba. De acordo com o Secretário de Assistência e Desenvolvimento Social, Leonardo Mendes Aragão, existem programas que dão assistência a pessoas carentes, especialmente a idosos e famílias que se encontram em situação de risco. No entanto, o Secretário não soube especificar em que consistem tais programas, limitando-se a generalizar os custos com o auxílio a cidadãos que buscam ajuda da Administração Municipal para obtenção de aposentadorias e assistência jurídica na busca de outros benefícios sociais, como o bolsa-escola,

² Segundo o Censo 2010, o total de homens analfabetos com 15 anos ou mais de idade em Anajatuba era de 2.553 indivíduos, enquanto as mulheres somavam 1.834, perfazendo um total de 4.387 pessoas analfabetas acima dos 15 anos em todo o município (uma taxa de 24,7% de analfabetos) (IBGE, 2014).

auxílio-maternidade e seguro-desemprego do pescador artesanal.

Para delimitar a área de incidência da presente pesquisa foram escolhidas duas comunidades pertencentes ao município de Anajatuba: Pacoval e Rosarinho.

4.1.1 O povoado de Pacoval

Distante três quilômetros da sede do município de Anajatuba, o povoado Pacoval está situado no meio dos campos que ficam alagados nos períodos chuvosos, tendo como único meio de ligação com a cidade um aterro de piçarra que frequentemente é rompido pela força das chuvas. Assim, por ser uma ilha durante o inverno, a única ligação do povoado com a sede municipal é feita por pequenos barcos que trafegam pelos canais alagados, fator que dificulta bastante a acessibilidade no período chuvoso.

Figura 7 – Estrada de acesso ao povoado Pacoval



Fonte: Isabel Marques.

Segundo Aurélia Dutra, de 86 anos e moradora mais antiga da comunidade, o povoado teria surgido na década de 1940, quando seu pai, Manoel Dutra, se mudou para lá levando consigo a família. Logo vieram outros moradores, dois irmãos de Manoel Dutra com suas respectivas famílias. Ainda segundo Aurélia Dutra, desde então o povoado cresceu, mas de forma lenta. Isso permitiu que grande parte da vegetação nativa fosse preservada.

No povoado vivem cerca de 16 famílias, todas fazem parte de programas sociais do Governo Federal, sendo o principal o “Bolsa Família”, seguido do seguro-desemprego do pescador artesanal e aposentadoria do trabalhador rural. Praticamente todos os habitantes possuem algum laço de parentesco. As casas, em sua grande maioria, são feitas de taipa.

Situado em um morro no meio dos campos alagados e com uma exuberante vegetação, o povoado de Pacoval tem grande potencial para o turismo ecológico, fator que não é explorado na localidade seja por desconhecimento da população para esta atividade, seja por omissão ou descaso do poder público municipal em fomentar algum tipo de atividade econômica que não seja a ligada à produção agrícola, pesca ou pecuária. Assim, as principais atividades econômicas do povoado são a pesca artesanal, plantio de milho e mandioca e a caprinocultura.

Anteriormente era bastante comum se observar nos campos em torno do Morro do Pacoval inúmeros búfalos que se alimentavam do capim e do junco que brotavam durante as cheias. Contudo, a legislação ambiental proibiu a presença destes animais em razão da degradação que eles promoviam na flora e fauna aquática dos campos, prejudicando especialmente a pesca artesanal que era fonte de renda de várias famílias da região.

Figura 8 – Vista do morro do Pacoval



Fonte: Isabel Marques

A maior parte da população da localidade é de crianças e jovens situados na faixa de 0 a 17 anos, fato facilmente constatado quando se visita o local e se vê a quantidade de crianças brincando nos “terreiros”. A maioria da população adulta é composta de mulheres durante boa parte do ano, especialmente porque muitos homens adultos migram para o sul em busca de emprego durante o período da safra da cana-de-açúcar.

Essa evasão da população de homens que partem em busca de renda através do corte da cana promove o surgimento das “viúvas da cana”, mulheres cujos maridos partem todo ano, em geral, para São Paulo. Muitos destes indivíduos acabam constituindo família, também, na região onde vão trabalhar, deixando na sede municipal a primeira família em situação de desamparo. Nesse contexto, verifica-se no povoado um grande contingente de famílias cujo chefe é a mulher.

Em conversa com a líder da comunidade do Pacoval, Sandra Neves Dutra, foi informado que, alguns dos homens que migram durante o corte da cana nos estados do Sul e Centro-Oeste acabam constituindo família nesses estados e abandonam esposas e filhos na comunidade.

Em relação a políticas públicas de gênero para a comunidade do Pacoval, as mulheres que fazem parte da presente pesquisa desconhecem sua existência. Também desconhecem a luta pelos direitos da mulher e palavras como “empoderamento” e “feminismo”, limitando-se a buscar meios de sobrevivência em

um ambiente carente de infraestrutura, educação e saúde. Os maiores anseios dessas mulheres generalizam-se em uma boa casa e um futuro melhor para os filhos, ressaltando que tal futuro em nada deveria ser parecido com o presente. Ou seja, elas desejam proporcionar aos filhos a oportunidade de deixarem aquela realidade em busca de uma vida melhor em outro local, de preferência na capital do Estado, São Luís.

4.1.2 O povoado de Rosarinho

Distante 6 km da sede municipal, o povoado de Rosarinho carece dos mesmos serviços que a maioria dos povoados de Anajatuba.

A maior dificuldade relatada pelos habitantes do local, cerca de 230 pessoas distribuídas em 29 famílias, é a acessibilidade ao povoado. Pois mesmo tendo duas vias de acesso à MA nº 324, as condições de tráfego são extremamente precárias, como é possível observar na figura 7.

Outro elemento é a precária ou inexistente infraestrutura urbana. Não há água encanada, pavimentação e rede de esgoto, embora exista eletrificação através do Programa “Energia para Todos” do Governo Federal, como mostra a Figura 8.

Figura 9 – Estrada de acesso ao povoado Rosarinho



Fonte: Isabel Marques

Figura 10 – Rua principal de Rosarinho



Fonte: Isabel Marques

Da mesma forma que o povoado de Pacoval, a população de Rosarinho tem nos benefícios do Governo Federal sua maior fonte de renda. A atividade econômica principal é a pecuária, seguida da agricultura e da pesca. A maior parte da população é de crianças e jovens (0 a 17 anos) e, do mesmo modo que no povoado Pacoval, existe um grande fluxo migratório da população adulta masculina para o Sudeste do país na época do corte da cana-de-açúcar.

Tanto no Pacoval como em Rosarinho a maior reclamação das mulheres diz respeito à falta de infraestrutura, de escolas e de políticas que promovam a criação de renda para as famílias. Outra reclamação recorrente dessas mulheres diz respeito à questão da violência doméstica, problema existente também na sede municipal³.

Em tal contexto, das três mulheres que fazem parte do Pronaf Mulher no povoado de Rosarinho, nenhuma tem qualquer conhecimento sobre políticas públicas de gênero na localidade. Também desconheciam completamente o termo “empoderamento feminino”, limitando-se apenas ao básico sobre o feminismo e a luta por determinados direitos, como, por exemplo, o de não sofrerem agressões

³ Segundo o Portal Anajatuba em Foco, em 2013 foram registradas 43 agressões contra mulheres no Município de Anajatuba, sendo 17 de natureza grave, com duas mortes. Estima-se que o número de agressões seja mais amplo, pois a maioria das agressões não é registrada em razão da própria tradição patriarcal e machista existente no município, especialmente na zona rural.

físicas de seus companheiros e/ou parentes do sexo masculino.

4.1.3 Pronaf Mulher nos povoados de Pacoval e Rosarinho

No tocante ao Pronaf Mulher nos dois povoados, em relação ao número de mulheres beneficiadas e levando-se em consideração o volume de mulheres brasileiras que fazem parte do programa, pode-se afirmar que a proporção excede a média brasileira. Em outras palavras, em um universo de cerca de 47 famílias, seis destas foram contempladas pelo programa, o que dá uma média acima de 10%. A razão para isto decorre da troca de informações entre as mulheres da região acerca dos vários programas de incentivo de incremento de renda disponíveis, programas estes apresentados em situações específicas oportunizadas pela administração municipal anterior, segundo as próprias mulheres que fazem parte do Pronaf Mulher.

Curiosamente e contrariando a maioria das regiões do país beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, a modalidade Pronaf Mulher supera as outras formas existentes do Programa de fomento à agricultura familiar, tais como o Pronaf Jovem e Pronaf Floresta.

O financiamento nas duas comunidades é feito de forma individual, apesar de o programa poder ser feito de forma coletiva. A ideia é que as mulheres pudessem ter acesso a financiamento para o desenvolvimento das suas atividades produtivas, sendo um crédito a mais para a família, que pode acessar outras linhas de crédito Pronaf. Esta medida tem como justificativa a constatação de que as mulheres trabalhadoras rurais têm como uma das principais bases para sua subordinação, a dependência econômica, fato que vem sendo agravado com as mudanças ocorridas nos últimos anos na agricultura brasileira, em seu processo de modernização e mecanização, ainda que na região em análise não se verifique grandes impactos de tal modernização.

Uma dificuldade que limita o acesso das famílias ao Pronaf em geral e ao Pronaf Mulher em particular, é a inexistência de agências bancárias que disponibilizem as linhas de créditos do programa, como o Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Caixa Econômica Federal, fator que exige o deslocamento daqueles que buscam o financiamento ao município vizinho de Itapecuru-Mirim, a cerca de 40km de distância de Anajatuba. Em razão do problema do deslocamento, muitos são impedidos de acessar o programa ou desistem no

meio do processo de concessão.

Também contribui bastante para limitação do acesso às linhas de crédito a necessidade de um projeto técnico com parte da documentação necessária. Este projeto técnico constitui não apenas o mecanismo para demonstrar a capacidade produtiva da atividade a ser financiada, mas também para avaliar as condições de pagamento do financiamento. Ambos os critérios são referências importantes para a agência bancária, pois é ela quem vai determinar a liberação dos recursos.

No caso das mulheres que conseguiram o crédito, o projeto técnico foi elaborado por técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), segundo as próprias entrevistadas. Tal assessoria técnica da EMATER só foi possível graças aos esforços de Dona Sandra Dutra, que despende grande parte de seu tempo em visitas ao órgão na capital do Estado em busca de apoio aos pequenos produtores da região.

Portanto, as mulheres contempladas pelo Pronaf Mulher o fizeram, em grande parte, estimuladas por Sandra Dutra, líder comunitária do povoado Pacoval que também se destaca na luta pela emancipação feminina no município, além de beneficiária do programa.

De acordo com Sandra Dutra, além da inexistência de bancos oficiais que disponibilizem as linhas de crédito do programa, a falta de projetos e documentos e garantias de pagamento do financiamento limitam bastante a quantidade de beneficiárias.

De outro lado, destaca-se o fato de boa parte das mulheres já ter participado de outros programas, em geral de âmbito municipal, tais como o da “Feira do Pequeno Produtor”, que incentiva a produção agrícola familiar da região com a distribuição de sementes e mudas, além da aquisição da produção para a merenda escolar, ou do “Programa Venda no Balcão”, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em parceria com a Administração municipal, que viabiliza para os agricultores a aquisição de produtos utilizados para a alimentação de aves, bovinos, suínos e caprinos durante o período de seca e estiagem na região.

Apesar dos programas de incentivo à agricultura familiar promovidos esporadicamente pela Secretaria de Agricultura e Pesca do município de Anajatuba, nenhum desses programas é voltado exclusivamente para a promoção de igualdade de gênero ou para o aumento da renda da mulher agricultora/pescadora, mas tão somente para o fomento da renda das famílias em geral, seja ela comandada pelo

homem ou pela mulher.

No tópico a seguir são analisados os dados obtidos na pesquisa de campo, bem como são tecidos comentários a respeito do empoderamento da mulher nas regiões pesquisadas.

4.2 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo buscou reconhecer o perfil e a opinião das mulheres que fazem parte do Pronaf Mulher nas comunidades de Rosarinho e Pacoval, no município de Anajatuba (MA) a respeito do referido programa e sobre a questão do empoderamento destas mulheres. Para tanto, foi elaborado um questionário quantitativo visando conhecer o perfil socioeconômico das seis mulheres que fazem parte do programa.

Além da aplicação dos seis questionários, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e conversas com as seis mulheres que fazem parte do universo de amostra da presente pesquisa, procurando descobrir se o Pronaf Mulher contribuiu para o empoderamento das mesmas.

As interpretações sobre as situações observadas permitiram comparar e interpretar as respostas dadas em diferentes momentos e situações. O “mosaico” da situação presente foi obtido a partir das entrevistas e conversas informais com as mulheres que fizeram parte da pesquisa.

4.3 Resultados da pesquisa de campo

No tocante à faixa etária, três das entrevistadas situam-se na faixa entre 21 e 30 anos, enquanto duas possuem 31 a 40 anos. Apenas uma mulher se encontra na idade entre 41 e 50 anos.

Em relação ao quesito “estado civil”, quatro são casadas ou convivem maritalmente (união estável), enquanto duas são separadas ou divorciadas. Não se verificou solteiras beneficiadas pelo programa. Todas elas têm filhos, em média 2,5 filhos por mulher (total de 15 filhos), a maior parte crianças ou adolescentes.

A escolaridade das mulheres contempladas pelo programa, seguindo a média do município e da população das duas comunidades em estudo, é baixa, sendo duas mulheres com o fundamental incompleto, duas com fundamental

completo, uma com ensino médio incompleto e outra que completou o ensino médio. Não foram verificadas mulheres que tenham tido acesso ao ensino superior.

Em relação ao quantum temporal em que contraíram essa linha de todas as entrevistadas afirmaram que foram beneficiadas há menos de cinco anos, sendo duas mulheres com menos de um ano, duas entre um a dois anos e duas mulheres com três anos.

As atividades econômicas foram apenas três, variando entre horticultura (quatro entrevistadas), piscicultura (uma entrevistada) e caprinocultura (uma entrevistada). Esta última atividade, aliás, obteve a maior linha de crédito (R\$ 5.800,00, em valores arredondados), seguida da piscicultura (R\$ 4.600,00, valores arredondados). Em média, o valor de financiamento ficou em torno de R\$ 3.715,00, considerado baixo em relação à média nacional, que de acordo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário é de R\$ 6.500,00 (BRASIL, 2014b).

Quatro das entrevistadas afirmam que a renda obtida com seu trabalho supre parcialmente as necessidades de sua família, enquanto apenas duas afirmaram ser suficiente para prover seu sustento e o da prole. Nesse contexto, a maioria das entrevistadas ver sua atividade laboral como complementar à renda do marido ou companheiro.

A maior parte dos maridos ou companheiros, aliás, não contribui nas atividades domésticas, ficando estas a cargo das mulheres (esposas e filhas), fator que reflete ainda a visão de que o trabalho doméstico é “coisa de mulher” no meio rural. Nesse contexto, apenas uma entrevistada afirmou que seu marido ou companheiro ajudava nas tarefas domésticas.

No quesito “assistência técnica”, apesar de a EMATER ter elaborado o Projeto Técnico para que as seis entrevistadas pudessem ter acesso à linha de crédito do Pronaf Mulher, duas mulheres afirmam que não obtiveram nenhum tipo de assistência técnica após a obtenção dos recursos. Três entrevistadas afirmam que essa assistência ocorre, mas de forma esporádica. Apenas uma mulher afirmou que dispõe de assistência técnica regular.

Apesar dessa dificuldade, há uma percepção positiva das mulheres a respeito do programa. Dentre os aspectos positivos destacados pelas entrevistadas, a autoconfiança, a independência financeira e a esperança de proporcionarem um futuro melhor para os filhos foram os mais citados.

Essa independência financeira, por outro lado, é citada pelas entrevistadas como um fator que é percebido pelos maridos ou companheiros como ameaça à sua posição de chefe de família. Três das entrevistadas dentre as quatro que são casadas ou convivem maritalmente citam que muitas vezes eles se sentem ameaçados.

As falas das mulheres das localidades analisadas refletem bem o sentimento delas em relação aos seus papéis no âmbito tanto da família como na comunidade em que vivem. Também apontam anseios, perspectivas e temores quanto ao futuro e o de seus filhos. Contudo, existem unanimidade quanto à esperança de um futuro melhor.

4.4 As falas da mulheres das comunidades de Pacoval e Rosarinho

Além da pesquisa quantitativa, cujos resultados foram apresentados nos gráficos, foram realizadas entrevistas e conversas com as mulheres que fazem parte do Pronaf Mulher nas comunidades de Pacoval e Rosarinho.

Segundo Gil (2002), entrevistas semiestruturadas se caracterizam, usualmente, pela troca de informações entre um entrevistador e um entrevistado e sua grande vantagem é possibilitar que o pesquisador conheça os sentimentos e as ideias do entrevistado a respeito de determinado tópico, bem como suas experiências pessoais em profundidade, o que dificilmente seria captado em uma pesquisa do tipo *survey*, que segundo o autor, se caracteriza por ser um método de coleta de informações diretamente de pessoas a respeito de suas ideias, sentimentos, saúde, planos, crenças e de fundo social, educacional e financeiro.

As entrevistas, portanto, foram guiadas por um roteiro que, embora listasse os tópicos de interesse, era suficientemente flexível a ponto de permitir que as entrevistadas desempenhassem um papel mais ativo no fluxo da conversa e que a entrevistadora pudesse explorar pontos de interesse que não haviam sido incluídos no roteiro.

Dentre os inúmeros tópicos abordados ao longo das entrevistas, neste estudo são abordados aqueles relativos à percepção das mulheres sobre suas uniões e desuniões, sobre os papéis, responsabilidades e comportamentos de homens e mulheres e, também, sobre expectativas de mudanças.

As falas destas mulheres demonstram que existe certo grau de percepção acerca do empoderamento das mesmas. Contudo, tal empoderamento se dá apenas na percepção do aspecto econômico, pois praticamente todas as mulheres que convivem com o marido/companheiro reconhecem a autoridade predominantemente masculina, com exceção às tarefas.

Por outro lado, em relação ao destino da renda familiar obtida a partir do Pronaf Mulher, todas ressaltam que são elas quem determinam onde serão aplicados os recursos. Todas planejam com cuidado onde, quando e como investir o capital gerado pelo seu trabalho. A destinação é, em geral, para a melhoria na habitação ou aquisição de algum bem durável (eletrodomésticos e veículo). Outro fator sempre citado é em relação ao futuro dos filhos: todas pretendem proporcionar melhores condições para eles, observando que não querem que a prole passe pelas mesmas dificuldades pelas quais passaram, especialmente em relação ao trabalho no campo. Nesse sentido, todas anseiam que os filhos possuam alguma profissão que não esteja ligada à atividade rural, mas sim àquelas de curso superior.

Ao serem questionadas sobre o que mudou em suas vidas depois que passaram a fazer parte do Pronaf Mulher, a maioria das entrevistadas ressaltou o fator econômico como fator preponderante, refletindo de forma positiva na renda.

Sobre a vida dessas mulheres, os relatos a seguir elucidam bastante a vida e as expectativas das mulheres que compõem o universo da presente pesquisa.

Entrevistada 1 – casada, 36 anos, 4 filhos (duas meninas: 16 e 14 anos; dois meninos: 19 e 10 anos), fundamental incompleto, agricultora, (R\$ 3.400,00 de financiamento para a atividade de horticultura)

Fator renda:

“Ah! Minha vida melhorou muito depois que passei ter essa renda, sabe? Não é muito dinheiro, mas já ajuda muito a criar os filhos. Juntando com o Bolsa Família e com o que meu marido tira na feira, dá pra viver. Já aumentamos um pouquinho a casa, compramos televisão nova com a parabólica. Antes era tudo com mais dificuldade.”

“Eu ajudo muito meu marido, ele é trabalhador... Graças a Deus não bebe e nem fuma, coisa difícil de se ver por aqui. A maioria dos homens daqui é de desocupado, cachaceiro e preguiçoso. O que eu queria era tirar minhas filhas (tem duas filhas) daqui. Meu menino mais velho tá trabalhando no Pará, numa barragem de lá. Ele não manda dinheiro porque não ganha muito, mas quando vem pra cá traz

muita coisa, presentes pras irmãs e pro irmão caçula e pra gente... A gente é muito unido, todo o dinheiro que a gente ganha é gasto pra melhorar nossa vida... Não tem luxo não, é trabalho de sol a sol. Mas não quero isso pra minhas filhas, queria que elas se formassem antes de se juntarem com alguém. Vejo as moças daqui “embuchando” cedo e os homens não assumindo filhos, deixando pros pais delas criarem. Meu marido acho que não ia aceitar isso não, por isso fico de olho nas meninas”.

A fala da entrevistada 1 aponta para a expectativa de proporcionar aos filhos o conforto material ao qual ela própria não teve acesso em sua juventude. Também aponta certa conformação ao fato de sua renda ser apenas complementar à de seu marido. O maior temor é ver seus filhos seguirem o destino da maior parte das pessoas do local.

Nesse contexto, embora aponte sua condição como relativamente boa na comunidade, contraditoriamente não quer que os filhos busquem seu futuro nem nessa comunidade nem no município de Anajatuba. A esperança é ver os filhos formados, independentes e atuando em um grande centro urbano, seja a capital maranhense, seja alguma cidade do Sul/Sudeste do Brasil.

Entrevistada 2 – separada, 27 anos, 3 filhos (dois meninos: 10 e 8 anos; uma menina, 4 anos), ensino fundamental completo, recebe bolsa-família (190 reais) não recebe pensão do ex-companheiro, agricultora (valor do financiamento: R\$ 2.100,00, horticultura).

“No começo foi muito difícil, meu ex-companheiro foi embora para o corte da cana em São Paulo, voltou a primeira vez, mas na segunda ele já estava com outra por lá. Não quis mais saber dele. Foi até melhor, ele me bateu umas duas vezes, nunca dei queixa, era muito besta pra ele. Era o pai dos meus filhos, era quem sustentava a casa. Comecei a desconfiar que ele tava com outra quando não mandou mais dinheiro nem notícia lá de São Paulo. Foi a irmã dele que me disse que ele já tinha outra mulher lá, e com filho já. Passei por muita necessidade. Se não fosse minha mãe e minha sogra, tinha morrido de fome com meus meninos.

Agora não quero mais saber de homem na minha vida, pelo menos pra morar comigo, é cada um na sua. Minha vida agora melhorou muito, tudo que produzo aqui na minha horta eu vendo pra prefeitura pra merenda escolar ou na feira. Não dá pra ficar rica, mas dá pra viver até bem, estou terminando minha casa, o terreno é meu. Foi minha sogra que ajudou a gente no começo, o terreno era dela

(cerca de 4 hectares de terra). Aqui eu planto alface, tomate, vinagreira, cheiro verde e pimentão. Dá muito trabalho, principalmente porque precisa manter os bichos afastados (porcos, galinhas e gado) das hortaliças, mas com a ajuda dos meus filhos tá dando certo”.

A fala da entrevistada 2 revela o que ocorre com muitas mulheres da zona rural de Anajatuba e, por analogia, de outras comunidades rurais do Nordeste brasileiro que carecem de emprego e renda para a população: o abandono de seus companheiros, que ao buscarem emprego em outros locais acabam constituindo outra família no local de trabalho.

A entrevista também aponta que a entrevistada só procurou obter algum tipo de rendimento a partir da dificuldade enfrentada pelo abandono do marido, também destaca a solidariedade das mulheres da família de seu marido, especialmente da sogra que não aprova o comportamento do filho que fugiu de suas responsabilidades como chefe de família. Nesse contexto, o Pronaf Mulher propicia o empoderamento da entrevistada, que não mais pretende submeter-se à vontade de outro homem.

Entrevistada 3 – 26 anos, ensino médio incompleto, casada (marido é funcionário da prefeitura, R\$ 740,00), 1 filha (menina: 7 anos), não recebe bolsa-família (valor do financiamento: R\$ 4.600,00, atividade de piscicultura).

“No começo eu criava galinhas, mas era complicado porque tinha muita perda por causa de doença e de ladrão, que aqui tem demais. Foi meu marido que conseguiu a máquina na prefeitura pra fazer dois açudes na propriedade. Vendi todas as galinhas e comprei uns alevinos, isso tem uns 5 anos. No começo perdi quase toda a criação, não sabia que precisava de uma bomba d’água pra que os peixes não morressem. Aí o moço que me vendia ração em Santa Rita me disse pra procurar um criador lá da cidade que entendia tudo de criação de peixe. Foi ele quem me deu a ideia de procurar o banco pra financiar minha criação. Com a ajuda de um moço lá da prefeitura, fiz o projeto e ele foi aprovado pelo banco. Hoje eu ainda devo ao banco, mas só com uma pequena parte da criação já quito todo o débito. Tenho uns 3 mil quilos de peixe pra tirar dos dois açudes. Isso vai dar mais de 16 mil reais. O dinheiro vou usar para esticar mais o terreno e construir mais um açude. Meu marido ajuda muito com a criação, e com o salário dele lá da prefeitura a gente tá conseguindo progredir. Temos uma moto, mas a gente tá querendo comprar um carro pra vender os peixes direto na feira, sem o atravessador”.

A entrevistada 3 destaca um fator singular em relação às outras mulheres que fizeram parte da pesquisa: no lugar de ser atividade complementar à renda do marido/companheiro, a atividade dela é a principal, sendo a do marido a complementar. Nesse contexto, o companheiro, além do emprego na prefeitura, ajuda com a atividade econômica principal do casal, a criação de peixes.

Esta entrevistada foi a única a afirmar que possui assistência técnica regular, sendo visitada a cada três meses por um técnico da EMATER que passa instruções pertinentes à atividade de piscicultura.

Entrevistada 4 – 44 anos, ensino fundamental incompleto, casada (marido agricultor), 6 filhos (4 mulheres: 26, 20, 17 e 10 anos; homens: 23, 14 anos), recebe bolsa-família (R\$ 270,00), agricultora, valor do financiamento: R\$ 2.600,00.

“Aqui no Pacoval tem muita necessidade, a maioria das pessoas vive do pouco que planta e da ajuda do governo. Consegui o financiamento através da minha vereadora, que fez tudo pra mim, regularizou meu terreno e me indicou lá no banco. Depois que consegui o financiamento e com a ajuda do técnico da prefeitura, que me deu as sementes, eu planto alface, tomate, cheiro verde aqui no terreno e abóbora, melancia, feijão, mandioca e milho ali na outra roça. Tem também umas galinhas de angolas que crio e vendo de vez em quando por encomenda. Fora os ovos, que toda semana dá umas 20 dúzias e que eu vendo também lá no comércio da sede. Com a mandioca a gente produz farinha ali na casa de farinha da comunidade. A gente também se vira com a pesca no campo e com outras coisas, como manga e cupuaçu, mas isso quando é na época.

Eu, meu marido e meus filhos trabalhamos muito pra conseguir as coisas. A nossa casa é uma das poucas de tijolo aqui no Pacoval e a gente agora tá ajudando a construir a casa do meu menino mais velho, pra ele morar com a mulher e os filhos com mais conforto. Todo ano ele vai trabalhar no corte da cana lá pro Sul e a gente ajuda minha nora também, uma moça boa. Minha filha mais velha é largada do marido e mora com a gente junto com meus dois netos, a casa é pequena pra tanta gente, mas a gente se acomoda como pode.

Vivo com meu marido desde que eu tinha 16 anos. Foi sofrido no começo, a gente casou sem nada mesmo, mas eu tava grávida e acabei perdendo meu primeiro filho. Depois Deus abençoou a gente e tamo tocando a vida junto desde então. Ele é um homem bom, mas é muito teimoso também. Mas a gente vive bem aqui na tranquilidade do Pacoval, a terra agora é nossa de verdade e ninguém pode

mais tomar. Antes da escritura tinha uns sabidos que diziam que o Pacoval era deles, chegaram a queimar casa aqui. Mas a promotora conseguiu que a justiça desse a terra pra gente. Tem muita coisa faltando ainda por aqui, a escola não funciona porque não tem professor e as crianças precisam ir andando pra escola lá na sede (cerca de 3km de distância) porque o ônibus escolar não vem aqui. Pra levar a produção pra vender durante o inverno é preciso ir no lombo de animal ou de canoa porque carro dificilmente consegue chegar aqui pelo aterro.

Aqui tem muita mulher que os maridos abandonam, principalmente porque muitos homens vão embora na época do corte da cana em São Paulo e no Mato Grosso e não voltam mais, ficam por lá com outras que eles arranjam. Quem volta traz um monte de coisa, televisão, som, moto... É um tempo de alegria e fartura aqui no final do ano.

Meu marido e eu também somos cadastrados como pescadores, mas a pesca aqui tá muito difícil, não tem mais peixe no campo. Peixe você só vai encontrar de criadouro. Na época do defeso a gente recebe 4 salários cada um, isso melhora muito a vida da gente, compramos duas motos com esse dinheiro e é com elas que a gente se desloca por aqui.”

A entrevistada 4 aponta para as dificuldades da comunidade e não apenas de suas família. Na realidade, como todos os moradores do Pacoval possuem certo grau de parentesco, há certo compartilhamento das dificuldades, anseios e benefícios. Pode-se afirmar que predomina uma espécie de comuna no povoado, onde a solidariedade entre seus membros é bastante visível nos mutirões para a construção de casas, na divisão das tarefas nas roças e na produção de farinha na casa de farinha da comunidade.

A entrevistada aponta ainda para um elemento muito presente nas comunidades rurais do Brasil: a luta pela terra e a violência empreendida por grupos e pessoas com certo poder político e econômico, que utilizam tal poder para expulsar os camponeses de suas terras.

Entrevistada 5 – 37 anos, Separada (recebe pensão, R\$ 230,00), Ensino Médio completo, 1 filho (16 anos), caprinocultura (junto com um irmão), valor do financiamento: R\$ 5.800,00.

“Me casei quando tava com 20 anos. A gente morava em Rosário, ele trabalhava na cerâmica de lá. A gente veio pra cá quando meu filho completou cinco anos. A vida lá ‘tava’ difícil, meu ex-marido perdeu o emprego e a família dele e a

minha era daqui, então a gente voltou. Ficamos dois anos na casa dos pais dele, mas gente brigava muito. Na primeira vez que ele me bateu vim morar aqui no Rosarinho com minha mãe, que era viúva e vivia com meus outros quatro irmãos. Com muito custo, consegui um terreninho onde comecei a construir minha casa. Comecei a criar bode tem uns 10 anos, quando me cadastrei na prefeitura pra receber três matrizes e um macho da raça bôer, que se adaptam muito bem aos campos de Anajatuba”.

A entrevistada 5 destaca como fator determinante para a busca de sua independência financeira a violência do ex-companheiro. Muitas mulheres do município são vítimas da violência doméstica tanto por parte de companheiros, maridos, namorados como por parte de pais e irmãos.

Ainda de acordo com a fala da entrevistada 5, a renda bruta obtida com a criação de bodes chega a ser de quase R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por mês, muito acima do rendimento médio da população local. A entrevistada aponta que é possível elevar este rendimento, contudo, isto depende da assistência técnica adequada e do aumento da linha de crédito para ampliar seu plantel.

Entrevistada 6 – 30 anos, casada (marido funcionário da prefeitura, salário R\$ 815,00), 4 filhos (duas meninas 6 e 13 anos; dois meninos 11 e 8 anos), não recebe bolsa família, ensino fundamental completo, agricultora (valor do financiamento R\$ 3.400,00, atividade de horticultura).

“Aqui no Pacoval é tudo muito difícil. A gente carece de tudo, não tem água, posto de saúde e a escolinha só funciona pela boa vontade das professoras. A prefeitura pouca assistência dá pra gente, meu marido trabalha lá e o pouco que recebe não dá pra gente comprar o que precisa. Por isso a gente tem na roça um ganho que é maior do que o salário dele. Mas essa renda é só numa parte do ano, agora na estiagem fica difícil tirar alguma coisa da roça, a maior dificuldade é a falta d’água, os poços mal têm água pra gente beber e o campo tá seco.

Eu ajudo meu marido como posso e esse dinheiro do Pronaf é a salvação da gente. Com ele a gente pôde comprar um motor pra puxar água pras hortaliças e com a venda delas na feira e o salário do meu marido que eu posso comprar as coisas pra casa e pros meus filhos. Dou graças a Deus por ele ter um emprego, mas isso só agora. Na próxima eleição, se o prefeito for o do ‘outro lado’ (oposição), eles vão tirar ele. É por isso que a gente tá buscando produzir mais na roça.

A gente tá vivendo aqui no centro comunitário porque nossa casa, que era de taipa, começou a cair e não quero mais morar em casa de palha. Por isso a gente tá construindo uma casa de alvenaria que dê pra botar todo mundo dentro e não faz sentido gastar pra fazer outra casa de palha pra morar menos de um ano.

Vivo com meu marido ‘faz’ 14 anos, nesse tempo ele nunca levantou a mão pra mim, mas também nunca dei motivo pra isso. Aqui em Anajatuba tem mulher que merece os tapas que leva do marido, é mulher fácil, que fica se mostrando pra tudo que é macho da cidade. A maioria das meninas daqui se perde antes mesmo de completar quinze anos. Eu fui morar com meu marido quando tinha dezesseis, mas foi porque eu gostava dele e ele foi o primeiro e único homem da minha vida, ao contrário de muitas por aí que vivem com um e outro. Quero pros meus filhos uma vida melhor que a minha, longe das dificuldades daqui de Anajatuba.”

A entrevistada 6, como a maior parte das mulheres da região, vê a renda obtida pelo financiamento proporcionado pelo Pronaf Mulher como complementar à renda do marido.

Aponta ainda para a dificuldade da mulher do campo e tem uma visão complacente a respeito da violência masculina sobre a mulher, desde que esta “mereça” o castigo. Na realidade, essa visão reflete a cultura patriarcal que predomina em grande parte de países como o Brasil, cujas mulheres ainda são vistas em papel de submissão em relação ao homem.

4.4.1 Ponderações a partir do relato das entrevistadas

Em consonância com a pesquisa bibliográfica e os resultados da pesquisa de campo, destaca-se o fato de que a pequena produção rural tem como eixo a divisão de gênero na medida em que, para os diversos atores/atrizes envolvidos nesta estrutura, bem como nas políticas públicas relativas à mesma, verifica-se que as atividades realizadas pelas mulheres muitas vezes são percebidas como complemento de renda e não como atividade principal. Isso fica evidente quando, nas falas, com exceção de uma delas, as mulheres apresentam seu trabalho no campo como representando um complemento, uma ajuda.

Portanto, apesar de se verificar que ocorreu empoderamento no âmbito econômico das mulheres assistidas pelo Pronaf Mulher nos dois povoados alvos da

pesquisa, a maioria das mulheres da região ainda não é empoderada de fato, na medida em que o empoderamento não pode ser considerado somente no quesito econômico, mas, sobretudo, no posicionamento e consciência da mulher diante da sociedade. As mulheres da região, por outro lado, percebem o homem como chefe da família e corresponsável pela produção financiada com os recursos do Pronaf Mulher, embora algumas toquem a produção sozinhas.

Nesse contexto, observa-se uma desvalorização e marginalização das atividades realizadas pelas mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. A mulher é vista comumente como mãe, filha ou mulher do homem provedor e não como provedora, o que colabora para a manutenção de uma divisão sexual do trabalho. Esta última, por sua vez, representa um entrave fundamental para a participação igualitária das mulheres em atividades produtivas remuneradas e, conseqüentemente, no acesso ao crédito pelas mesmas.

A maioria das dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito pelas mulheres entrevistadas está ligada à forma como elas e seus maridos/companheiros se constroem e pensam o seu lugar nas estruturas de poder, bem como na forma como os demais agentes dos processos sociais e políticas públicas os veem.

Pesquisas como a de Hernandez (2009) e Menegat e Farias (2010), que abordam as dificuldades encontradas pelas mulheres do campo ao acesso às políticas públicas, traduzem bem essa visão ainda patriarcal que predomina nesse meio. Segundo as autoras:

Uma questão que diz muito sobre o lugar subordinado das mulheres nas relações de gênero é a falta de conhecimento por parte destas do endividamento dos maridos, que em muitos casos acessam alguma linha do PRONAF e fazem uso dos recursos conforme seus desejos, quase sempre sem levar em conta o ponto de vista das mulheres da família, ainda que este crédito seja pensado para a família (MENEGAT; FARIAS, 2010, p. 62).

No contexto apontado pelas autoras, fica claro que ainda não há reconhecimento por parte da sociedade e dos agentes de órgãos públicos sobre o papel da mulher, enxergando-a apenas como esposa quando, na realidade, ela é muitas vezes a principal responsável pela atividade produtiva.

Mesmo que as mulheres estejam assumindo papéis antes inexplorados por elas na agricultura familiar, as instituições financeiras bem como as políticas agrícolas governamentais ainda deixam a desejar no que diz respeito a adequar

projetos e garantir o acesso ao crédito para esse novo público. Há um despreparo por parte dos órgãos executores das políticas públicas em relação ao atendimento direcionado às mulheres, principalmente por esses assuntos serem, na maioria das vezes, tratados com os homens, reproduzindo desigualdades.

É importante considerar a complexidade dinâmica das relações de gênero ao se implementar políticas públicas voltadas para as mulheres, não apenas tendo como respaldo sua “eficácia”, mas pensando-se a natureza dessas políticas, de seus impactos (de curto, médio e longo prazo sobre a vida de homens e mulheres) e dos interesses e direcionamentos do Estado com estas políticas, acenando-se para uma perspectiva de visão do contexto global e local em que estão inseridas e das demandas que a partir daí tendem a emergir (HERNANDEZ, 2009).

Em relação à pesquisa de campo, um dos principais problemas apontados pelas mulheres de ambos os povoados é a pouca assistência técnica de extensão, que deixa a desejar tanto na frequência das visitas e no acompanhamento dos projetos, quanto na qualidade das consultas. As entrevistadas criticaram o conhecimento prático dos técnicos e as inadequação das orientações para o trabalho e necessidades das mulheres. Muitas vezes as entrevistadas tentam utilizar as orientações dos técnicos, mas como a frequência das visitas é baixa, ocorrem dúvidas e, conseqüentemente, erros na execução dos projetos.

Outra questão importante é o excesso de burocracia para se ingressar no programa. Com efeito, as dificuldades de acesso ao Pronaf Mulher se inicia ao tentar cumprir as burocracias exigidas pelo programa.

A maioria das entrevistadas buscou o Pronaf Mulher com o intuito de investir numa produção já existente. Algumas delas, ao falarem sobre o que pretendiam fazer se conseguissem ampliar o crédito, dariam prioridade em investirem na produção já existente na propriedade.

Como ponto positivo, os dados obtidos demonstram que a vida das mulheres entrevistadas melhorou bastante após a obtenção do crédito, o que nos leva a crer que o Pronaf Mulher contribui de forma eficaz para a melhoria de vida das mulheres rurais, mesmo que essa melhoria não se traduza em efetivo empoderamento.

Nesse contexto, o programa é uma política importante que deve ser reorientada na perspectiva de superação da pobreza no meio rural, em especial de comunidades carentes como as analisadas na presente pesquisa.

Por outro lado, é necessário promover ações que possam eliminar ou diminuir as desigualdades de gênero, garantindo, em primeiro lugar o acesso às mulheres rurais não apenas aos recursos financeiros, mas a políticas públicas que tenham como ponto central o seu empoderamento.

A possibilidade de emancipação vista na pesquisa, quando ocorre, é por mérito das próprias mulheres e mesmo que seja de forma lenta, quase imperceptível, vem ocorrendo. Assim, os grupos formados por mulheres agricultoras se mostram cada vez mais fortes, ocupando lugares em atividades antes ocupados somente por homens.

5 CONCLUSÃO

A partir do exposto, percebe-se que as relações de gênero, antes polarizada na figura masculina, foi gradativamente sendo trabalhada a partir de inúmeras lutas levadas a cabo por algumas mulheres que buscaram desconstruir a condição de submissão da mulher em relação ao homem. Começando, pelo seu papel no seio familiar e se estendendo para a vida profissional e sua presença mais contundente na esfera política.

Os diversos autores e autoras que fornecem o embasamento teórico para o presente estudo evidenciam a complexidade dinâmica das relações de gênero ao se implementar políticas públicas voltadas para as mulheres, não apenas tendo como respaldo sua “eficácia”, mas pensando-se a natureza dessas políticas, bem como sua maior ou menor abrangência, consideração das diversas vivências e condições das mulheres e das diferenças entre elas.

Além dos fatores mencionados, é necessário avaliar os impactos (de curto, médio e longo prazo sobre a vida de homens e mulheres) de tais políticas. Do mesmo modo, é relevante observar quais os interesses e direcionamentos do Estado com estas políticas, acenando-se para uma perspectiva de visão do contexto global e local em que estão inseridas e das demandas que a partir daí tendem a emergir.

O estudo permite concluir que atualmente as relações de gênero no campo, em especial na pequena unidade de produção rural, ainda se modelam no modelo patriarcal consolidado ao longo da história do Brasil, ou seja, na visão da mulher e de seu trabalho como inferior ao do homem. Em tal contexto, as atividades realizadas pelas mulheres são vistas quase sempre como complementares ao trabalho dos homens.

Um aspecto fundamental da desigualdade entre homens e mulheres ocorre pelas responsabilidades das mulheres tanto na esfera doméstica quanto no trabalho produtivo (atividades agropecuárias) e reprodutivo, as quais marcam a sua contribuição, embora nem sempre reconhecida e nem remunerada na agricultura familiar. Essa invisibilidade e não remuneração do trabalho das mulheres na esfera da produção é decorrente das relações desiguais de gênero, evidenciadas na divisão sexual do trabalho.

Por outro lado, o estudo permitiu verificar que as relações de gênero na agricultura familiar, antes determinadas a partir do papel desempenhado pelas mulheres rurais em que as mesmas, em geral, eram destinadas à esfera privada (da reprodução), enquanto os homens faziam parte da esfera pública, tem se modificado. Nesse sentido, as falas das mulheres das comunidades de Pacoval e Rosarinho revelam certo reconhecimento da importância de seu trabalho, fato que se reflete nas expectativas, anseios e na autoestima das mesmas.

Ademais, se antes predominava o discurso de que as mulheres deveriam estar destinadas à esfera privada, em geral vinculadas à maternidade, tal realidade vem se modificando gradativamente em função da percepção que a mulher tem de seu papel na estrutura familiar e de que o trabalho doméstico não a impede de exercer determinadas atividades econômicas. Tais atividades, no entanto, dependem em grande medida de políticas públicas que busquem a promoção da igualdade de gêneros na esfera da produção.

Pesquisadoras como Hernández (2009), Klebal e Wendausen (2009) e Farah (2014), quando se referem a programas e políticas públicas de gênero, destacam alguns problemas de ordem burocrática e operacional, que derivam da ineficiência de serviços prestados tanto pelos agentes financeiros quanto pela agência de assistência técnica. Nas comunidades pesquisadas esse aspecto fica evidente nas dificuldades inerentes à obtenção da linha de crédito do Pronaf Mulher e à quase inexistente assistência técnica das mulheres contempladas pelo programa.

Na realidade, o processo burocrático financeiro, os projetos e as estratégias de assistência técnica são direcionados conforme uma lógica de empreendedorismo, que não necessariamente responde aos interesses dos agricultores familiares.

A maioria das dificuldades relacionadas ao acesso ao crédito pelas entrevistadas está ligada com a forma como as mulheres e os homens rurais se constroem e pensam o seu lugar nas estruturas de poder, particularmente nas relações de gênero; bem como, na forma como os demais agentes dos processos sociais e políticas públicas os veem (ANDRADE, 2006).

Em estudos como o de Saboia (2006), além das dificuldades da implementação de políticas públicas que efetivamente promovam a igualdade de gênero, o que se tem verificado são situações onde a desigualdade se mantém ou é

até mesmo acentuada. Como exemplo, cita o aumento do tempo de contribuição e da modificação do cálculo para o efeito da aposentadoria (SABOIA, 2006, p. 274).

No campo essa realidade é agravada pela legislação vigente, onde a qualificação da mulher como “doméstica” ou “do lar” só configura sua condição de segurada especial se esta for casada no civil e o cônjuge for qualificado como agricultor, condição esta que se estenderia à esposa. Com efeito, o Decreto-Lei nº 1.166/71 estabelece que, em se tratando de labor rural desenvolvido em regime de economia familiar, a condição de agricultor do marido contida no documento estende-se à esposa.

De acordo com a pesquisa realizada, destaca-se a visão das mulheres em relação ao significado de trabalho. Algumas entrevistadas, cujos maridos possuem renda fora da produção rural, ao serem interrogadas sobre o papel delas nas atividades realizadas, citaram a importância de seu papel na renda familiar em conjunto com a renda do marido.

Os resultados indicam que, embora mudanças tenham marcado as relações de gênero nas últimas décadas, o caminho a ser percorrido ainda é bastante longo. Programas como o Pronaf Mulher não foram elaborados para lidar com as diversas questões que permeiam as relações de gênero, no caso deste estudo, particularmente àquelas ligadas às relações entre homens e mulheres.

No entanto, a pesquisa evidencia uma conscientização por parte das entrevistadas no que diz respeito à sua importância no fator renda familiar. Ainda que as atitudes das beneficiárias em relação aos seus companheiros tenham sido mantidas, elas expressam de forma bastante racional o desejo de que seu trabalho traga melhorias para a família, em especial aos filhos, não em crescimento pessoal.

Os relatos das mulheres entrevistadas nas duas comunidades revelam um profundo temor de que os filhos passem pelas mesmas dificuldades que elas passaram (ou que ainda passam), onde todas são unânimes em relatarem a sua origem humilde. Algumas relatam as relações conflituosas com o marido ou companheiro, inclusive com agressões físicas. Para estas o Pronaf Mulher funciona como emancipador da subjugação masculina.

Mesmo aquelas que ainda mantêm o vínculo marital mostram certa independência em relação aos seus companheiros. Aliás, a destinação dos recursos, tanto delas como os do companheiro ou marido, é decidida não apenas por estes, mas em conjunto, muitas vezes sendo delas a última palavra.

Por fim, conclui-se que, mesmo que as mulheres estejam assumindo papéis antes inexplorados por elas na agricultura familiar, as instituições financeiras bem como as políticas agrícolas governamentais ainda deixam a desejar no que diz respeito a adequar projetos e garantir o acesso ao crédito para esse novo público. Nesse sentido, há um despreparo por parte dos órgãos executores das políticas públicas em relação ao atendimento direcionado às mulheres, principalmente por esses assuntos serem, na maioria das vezes, tratados com os homens, reproduzindo desigualdades.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro (p. 161-191). In: AGUIAR, Neuma (Org.). **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Ventos, 1997.

ANAJATUBA EM FOCO. **Anajatuba comemora dia internacional da mulher**. Disponível em: <<http://anajatubaemfoco.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

ANDRADE, Fabíola Juliana Rubin. **“O empoderamento da mulher”**: um estudo empírico da Feira do Produtor de Toledo/PR. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio). Toledo: UNIOESTE, 2010.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. **Empoderamento**: questões conceituais e metodológicas. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 77-93, maio-ago. 2006.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2014.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM: Regimento Interno**. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/conselho/regimento-atualizado-do-cndm.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2014a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Pronaf-Mulher**: Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em: 30 abr. 2014b.

_____. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Ipeadata/Anajatuba. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

CASTRO, Mary. Feminismos e feminismos, reflexões à esquerda. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, nº 8). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COLLING, Ana. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene Neves; CABEDA, Sônia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e cultura: Questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Salvador: NEIM/UFBA, 2010.

DEERE, Carmen Diana; LEON, Magdalena. **O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

DIAS, Luiz Jorge Bezerra da Silva. **Proposta metodológica de zoneamento ambiental aplicada ao município de Anajatuba (MA)**. Dissertação em Sustentabilidade de Ecossistemas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). São Luís: Universidade Federal do Maranhão – Departamento de Oceanografia e Limnologia, 2006.

FARAH, Marta Ferreira Santos. **Políticas públicas e gênero**. Disponível em: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/conselhos_e_coordenadorias/coordenadoria_da_mulher/Políticas_Genero_2.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2014.

FRIEDMANN, John. **Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo**. Oeiras: Celta Editora, 1996.

GASQUES, José Garcia; et al. **Agricultura familiar – PRONAF: análise de alguns indicadores**. Palestra (2005). Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/2/504.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, Tatau. O PT e o feminismo. In: **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores** / BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

HERNÁNDEZ, Carmen Osório. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais?** Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi. **Empoderamento: definições e aplicações**. Artigo publicado no 30º encontro anual da ANPOCS - 24 a 28 de outubro de 2006, Caxambu (MG). Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=3405&Itemid=232>. Acesso em: 10 abr. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. **Censo 2010: Anajatuba – Infográficos/Dados Gerais**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210070>>. Acesso em: 16 abr. 2014.

KLEBAL, Maria Elisabeth; WENDAUSEN, Agueda. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. In: **Saúde e Sociedade**. vol.18, nº.4. São Paulo Out/Dez. de 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902009000400016>. Acesso em: 18 abr. 2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1995.

LEÃO, Débora. **Questões de gênero**: empoderamento feminino discutido no cenário internacional. Disponível em: <<http://www.engajamundo.org/2014/02/26/violencia-contra-a-mulher/>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

LEOCÁDIO, Elcylene Maria de Araújo. **Aborto pós-estupro**: uma trama (des)conhecida entre o direito e a política de assistência à saúde da mulher. (Dissertação em Política Social apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília). Brasília: UnB, 2006.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In. **ST 11 – Exclusão Social, Poder e Violência**. Florianópolis: UFSC, 2008.

MENEGAT, Alzira Salete; FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Pronaf Mulher**: perspectivas para o empoderamento feminino nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul. In. VIII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010. Disponível em: <<http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/09/GT15-Alzira-Salete-Menegat.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

MICHEL, Andrée. **O feminismo**: uma abordagem histórica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

NADU, Amanda do Carmo Amorim; SIMÃO, Andréa Branco; FONSECA, Maria do Carmo. Empoderamento feminino e relações de gênero no contexto do Programa Bolsa Família em Contagem: breves reflexões. In. **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais**. (7 a 9 de junho de 2013). Belo Horizonte: CRESS, 2013. Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/arquivos/simposio/EMPODERAMENTO%20FEMININO%20E%20RELA%C3%87%C3%95ES%20DE%20G%C3%8ANERO%20NO%20CONTEXTO%20DO%20PROGRAMA%20BOLSA%20FAM%C3%8DLIA%20EM%20CONTAGEM%20BREVES%20REFLEX%C3%95ES.pdf>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do; OLIVEIRA, Bernardo J. O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher. In: **Cadernos Pagu** (nº 29, p. 429-457), julho-dezembro de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a17n29.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Souza. **Mulheres na liderança, relações de gênero e empoderamento em assentamentos de reforma agrária**: o caso do Saco do Rio Preto em Minas Gerais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Princípios de empoderamento das mulheres**: igualdade significa negócios. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00001929.pdf>>. Acesso em: 03 mai. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): p. 237-253, maio-agosto/2004.

PITANGUY, Jacqueline. Movimento de mulheres e políticas de gênero no Brasil. In: MONTAÑO, Sonia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Thereza. **As políticas públicas de gênero: um modelo para armar**. O caso do Brasil. Santiago de Chile: CEPAL/ECLAC, 2003.

RIBEIRO, Gerlaine Marinotte; CHAGAS, Ricardo de Lima; PINTO, Sabrine Lino. O renascimento cultural a partir da imprensa: o livro e sua nova dimensão no contexto social do século XV. **Akrópolis**, Umuarama, v. 15, n. 1 e 2, p. 29-36, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/1413/1236>>. Acesso em: 02 jan. 2010.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

ROSA, Wagner José da. **O Pronaf-Mulher: conquista sem acesso**. 2011. Disponível em: <<https://www.ufgd.edu.br%2Ffch%2Fciencias-sociais-pronera%2Fpublicacoes-do-curso%2Fo-pronaf-mulher-conquista-sem-acesso>>. Acesso em: 04 mai. 2014.

SABOIA, Vivian Aranha. **O emprego das mulheres e as políticas públicas para além do fordismo: as experiências social-liberais na França e no Brasil entre 1995 e 2005**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais: Universidade de Paris VIII – Vincennes Saint-Denis em cotutela com a Universidade Federal do Maranhão – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. São Luís: UFMA, 2006.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995. p. 71-99.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, nº 8). São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004.

SOARES, Vera. Muitas faces do feminismo no Brasil. In: **Mulher e política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores** / BORBA, Ângela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Fotos das mulheres que participam do Pronaf

Horticultura com recursos do Pronaf Mulher em Rosarinho



Plantação de hortaliças de Rita de Cássia Reis Mendes (centro)



Maria do Socorro Alves Mendes com cisterna doada pelo Governo Federal



Miguelina Dutra Marinho (à direita) – recebimento de ração doada pelo Governo Federal via Administração Municipal



Criação de caprinos de Sandra Neves Dutra



Alexandra Mendonça Sousa (ao centro, de vermelho) – piscicultura (recebimento de ração para peixes)



Criação de peixes de Alexandra Mendonça Sousa



Zuleide Aguiar Dutra plantação de milho



APÊNDICE B – Instrumento de coleta de dados

RELAÇÃO DAS MULHERES QUE RECEBERAM O PRONAF MULHER

Alexandra Mendonça Sousa – Rosarinho - Piscicultura

Rita de Cássia Reis Mendes – Rosarinho - Agricultura/horticultura

Maria do Socorro Alves Mendes – Rosarinho - Agricultura/horticultura

Miguelina Dutra Marinho – Pacoval - Agricultura/horticultura

Sandra Neves Dutra – Pacoval - caprinocultura

Zuleide Aguiar Dutra - Pacoval – Agricultura/horticultura

QUESTIONÁRIO APLICADO JUNTO ÀS MULHERES DAS COMUNIDADES DE PACOVAL E ROSARINHO – ANAJATUBA (MA)

1) Faixa etária

☐ 21 a 30 anos ☐ 31 a 40 anos ☐ 41 a 50 anos ☐ mais de 50 anos

3 mulheres de 21 a 30 anos; 2 de 31 a 40 anos; uma de 41 a 50 anos

2) Estado civil

☐ Solteira ☐ Casada / união estável ☐ Divorciada / Separada

4 casadas / união estável; 2 divorciadas separadas

3) Filhos

☐ Nenhum ☐ 1 a 3 ☐ 4 a 6 ☐ mais de 6

3 mulheres 1 a 3 filhos; 2 mulheres 4 a 6 filhos; uma mulher com mais de 6 filhos

4) Escolaridade

☐ Analfabeta ☐ Fundamental incompleto ☐ Fundamental completo ☐ Ensino Médio incompleto ☐ Ensino Médio completo

2 mulheres fundamental incompleto; 2 mulheres fundamental completo; 1 mulher Médio incompleto; 1 Médio completo

5) Há quanto tempo faz parte do Pronaf Mulher?

() menos de 1 ano () 1 a 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos () mais de 5 anos

2 mulheres menos de um ano; duas mulheres 1 a 2 anos; 2 mulheres 3 anos

6) Qual sua atividade econômica principal?

() horticultura/agricultura () piscicultura () caprinocultura () suinocultura () avicultura

4 mulheres horticultura; 1 mulher piscicultura; 1 mulher caprinocultura

7) Valor financiado pelo Pronaf Mulher (em Reais)

() 1.000,00 a 2.000,00 () 2.001,00 a 3.000,00 () 3.001,00 a 4.000,00 () 4.001,00 a 5.000,00 () Mais de 5.000,00 Reais

2 mulheres 2.001,00 a 3.000,00 reais; 2 mulheres 3.001,00 a 4.000,00 reais; 1 mulher 4.001,00 a 5.000,00 reais; 1 mulher mais de 5.000,00 reais

8) Sobre sua renda:

() Supre totalmente as despesas da casa () supre parcialmente a renda da casa

2 supre totalmente; 4 parcialmente

9) Seu marido/companheiro lhe ajuda nas atividades domésticas?

() sim () não () em parte

1 sim; 3 não; 2 em parte

10) Tem assistência técnica adequada à sua atividade econômica?

() sim () não () às vezes

1 sim; 2 não; 3 às vezes

11) Que aspectos em sua vida você destaca após ser beneficiada Pronaf Mulher?

() Nenhum () sinto-me mais autoconfiante () sou mais independente () Tenho menos tempo para a família e os afazeres domésticos () Outros

3 mais autoconfiante; 3 mais independente; 4 com mais esperança no futuro

12) Seu marido/companheiro sente-se ameaçado por você ter uma renda independente da dele?

() não tenho marido/companheiro () sim, muito () um pouco () acho que não
2 não tem marido companheiro; 3 um pouco; 1 acho que não

13) Teve muita dificuldade em obter o benefício

() sim () não () um pouco

3 sim; 1 não; 2 um pouco

14) Sobre o crédito obtido, você considera que

() é suficiente para a minha atividade e independência financeira () é insuficiente,
mas ajuda bastante () não foi suficiente

4 é suficiente; 2 é insuficiente, mas ajuda bastante